



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"A cobertura de conflitos internacionais na imprensa popular portuguesa: o caso da guerra na Síria no Correio da Manhã"

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação - Media e Jornalismo

Por

Marta da Silva Pacheco

Faculdade de Ciências Humanas

Junho 2014



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

"A cobertura de conflitos internacionais na imprensa popular portuguesa: o caso da guerra na Síria no Correio da Manhã"

Relatório apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação - Media e Jornalismo

Por

Marta da Silva Pacheco

Faculdade de Ciências Humanas

Sob Orientação de

Professora Doutora Rita Figueiras

Junho 2014

A guerra não é feita para ser ganha, mas sim para ser contínua. A sociedade hierárquica só é possível com base na ignorância e na pobreza... A guerra é promovida pelos grupos dominantes contra os seus próprios súbditos e o seu objectivo não é a vitória sobre a Eurásia ou a Ásia do Leste, mas sim manter a estrutura da sociedade intacta.

George Orwell, 1984

Índice

Resumo.....	4
Introdução.....	5
PARTE I	
Capítulo I – Jornalismo, Guerra e Terrorismo.....	13
1. Guerra vs Terrorismo	22
2. Jornalismo de Guerra	30
2.1 O papel do repórter de guerra.....	62
Capítulo II – Correio da Manhã como meio de comunicação no panorama dos media em Portugal.....	67
1. Jornais Populares (<i>tablóides</i>) vs Jornais de Qualidade.....	68
2. Correio da Manhã: a celebração da imprensa popular	74
PARTE II	
Capítulo III – O conflito na Síria no Correio da Manhã.....	80
1. Metodologia	81
2. Análise de Conteúdo do conflito na Síria no Correio da Manhã	84
Conclusão	98
Bibliografia.....	101

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre a cobertura de conflitos internacionais na imprensa popular portuguesa: o caso da guerra na Síria no Correio da Manhã. Trata-se de uma análise de conteúdo às 52 notícias publicadas no referido diário durante três meses, Janeiro a Março de 2012. Uma vez formulada a questão de partida, *Como é que um jornal popular faz a cobertura de um conflito internacional?*, procedemos à elaboração da componente teórica sobre a cobertura jornalística. Os conceitos de *guerra* e de *terrorismo* são também analisados numa perspectiva mediática. Na componente empírica foram analisadas a visibilidade conferida ao conflito, o tratamento e o destaque dado ao tema. Por fim, constatámos que o investimento efectuado pelo Correio da Manhã para fazer a cobertura de conflitos internacionais é inexistente, tornando reduzida a qualidade da cobertura do caso em análise.

PALAVRAS-CHAVE: Cobertura Jornalística; Guerra; Reportagem de Guerra.

Introdução

Este Relatório de Mestrado tem como tema central o “Jornalismo de Guerra”, sendo o caso da Síria a principal matéria de análise, baseada numa investigação no jornal diário Correio da Manhã. Deste modo, pretende-se identificar a relevância concedida a conflitos internacionais num jornal popular que, por definição, assenta numa agenda de âmbito nacional. Para a realização deste relatório, focámo-nos em bibliografia sobre jornalismo de guerra, nomeadamente artigos científicos, mas também em obras mais literárias que nos relatam diferentes formas de olharmos para uma guerra.

O interesse no tema surgiu inicialmente da estadia na secção do Mundo do Correio da Manhã, onde foi realizado o nosso Estágio de Mestrado que, para além do interesse no tema, possibilitou-nos o acesso e recolha de muita informação devido ao acesso que tínhamos a notícias provenientes da Lusa e da Reuters.

O estágio no Correio da Manhã teve a duração de quatro meses. Foram quatro meses na secção do Mundo onde tivemos a oportunidade de, literalmente, entrar dentro do mundo do jornalismo. A rotina diária implicava uma pesquisa geral em todos os jornais portugueses, tanto online como impressos, e também dos jornais internacionais. Aqui, fazíamos de imediato um apanhado dos mais recentes acontecimentos internacionais, listando os de maior e menor interesse de acordo com o parâmetros do jornal. Também fomos incumbidos de diariamente pesquisar notícias internacionais insólitas para colocar no "Mundo Louco", pequena parte destinada a notícias anómalas e/ou caricatas. Após a selecção listada dos acontecimentos do dia e diferentes suportes para a redacção das notícias, procedia-se à parte escrita das mesmas.

A Síria é o tema central deste trabalho, sendo que as notícias, base da nossa investigação e resultados, são todas relacionadas com a guerra civil que actualmente decorre naquele país e que foram publicadas no Correio da Manhã, entre Janeiro de 2012 e Março de 2012. A escolha deste período temporal deveu-se ao facto de ser a fase mais mediática do conflito no Correio da Manhã, com mais notícias de abertura. Com efeito, é importante fazer uma breve apresentação do caso sírio, sendo que, infelizmente, ainda não teve um fim.

A revolução na Síria começou com uma contestação ao regime autocrático que vigorava há décadas no país. Foi, e continua a ser, também uma luta contra a corrupção, a falta de

liberdade e pela democracia. Foi em Deera, cidade com cerca de 70.000 a 100.000 habitantes, perto da fronteira com a Jordânia, que a revolta síria teve início.

Durante a primeira semana do mês de Março de 2011, dez crianças com idades compreendidas entre os nove e os quinze anos decidiram fazer o que crianças daquelas idades normalmente fazem: serem malandras, embora inocentes. Inspiradas por um slogan da revolta egípcia, decidiram escrever "Abaixo o Regime" nas paredes da escola, em Deera. "The schoolchildren (and subsequent protestors) used the word *nizam* (system or regime) rather than *hukuma* (government), revealing the specific target of frustration to be the system rather than the government. This may indicate that they are more interested in issues of social justice and corruption than in democracy and such." (Lesch, 2013:55)

No dia 15 de Março de 2011, após as apreensões das crianças, uma centena de protestantes entre pais, familiares e amigos das crianças retidas, reuniram-se, marchando em frente à mesquita na baixa de Deera. Estes apelaram à libertação das crianças, bem como à reforma do corrupto e repressivo sistema do governo que permitia tamanha arbitrariedade nos actos de força excessiva. A multidão multiplicou-se cada vez mais, intensificando os protestos que se ouviam na cidade. Um aglomerado formou-se. Perante isto, a reacção das forças de segurança do regime sírio para tentar dispersar a multidão foi condenável. Abriram fogo e mataram quatro pessoas. No dia seguinte, a multidão, em fúria, chegou aos 20.000. (Lesch, 2013:56) Estes marcaram presença no funeral das quatro vítimas do dia anterior, entoando cânticos anti-governo.

Os protestos diários continuaram. No dia 23 de Março as forças de segurança sírias tentaram silenciar mais um protesto na mesquita de Omari, que tinha sido transformada num hospital, tratando protestantes feridos e oferecendo refugio a todos os que temiam as suas vidas, levando a cabo uma série de ataques à mesquita. Pelo menos quinze civis foram reportados como mortos e centenas ficaram feridos. Como se não bastasse, serviços básicos como a electricidade, água e conexões de telemóveis foram cortadas na cidade de Deera. Os funerais foram banidos, uma vez que atraíam um elevado número de pessoas que acabavam por se concentrar e protestar contra o governo. Pela noite, as forças do governo síria haviam cercado toda a cidade de Deera, não permitindo a entrada nem a saída de ninguém. Segundo Lesch, foi a quarentena, e, como

qualquer quarentena, o governo sírio esperava isolar o contágio e exterminá-lo primeiro que tivesse a oportunidade de se espalhar. (2013:57) A repressão começara.

Em termos etnográficos, trata-se de uma luta sectária entre dois ramos do Islão, os xiitas e os sunitas. A população manteve-se dividida durante todo o decorrer desta guerra civil que já conta com três anos, sendo que a grande maioria pertence ao segundo e uma minoria, bem como Bashar al-Assad, é do primeiro. Muito embora não tenha sido esta a causa, e o sentimento de mudança tenha sido generalizado a toda a população, o medo de represálias - por pertencer ao mesmo ramo que o Presidente sírio - originou uma luta fratricida. Por outro lado, as minorias protegidas por Bashar al-Assad, como os cristãos, são também alvo de perseguições pela maioria sunita, o que, aliado ao facto da Al-Qaeda já se ter associado unilateralmente aos rebeldes, tornou o conflito verdadeiramente explosivo.

A Síria situa-se geograficamente no Sudoeste Asiático/Médio Oriente, e faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste, Israel no sudoeste, Jordânia no sul, Iraque a leste, e Turquia no norte. A Síria de hoje foi criada como mandato francês e obteve a sua independência em Abril de 1946, como uma república parlamentar. O pós-independência foi instável, e um grande número de golpes militares e tentativas de golpe sacudiram o país no período entre 1949-1970. A Síria esteve sob Estado de sítio desde 1962, que efectivamente suspendeu a maioria das proteções constitucionais aos cidadãos. O país tem sido repetidamente governado pelo Partido Baath desde 1963, embora o poder actual esteja concentrado na presidência e um pequeno grupo de políticos e militares autoritários.



Figura n°1 - Mapa da Síria

Na sequência da Primavera Árabe, onda revolucionária de manifestações e protestos que têm vindo a ocorrer no Oriente Médio e no Norte da África desde meados de Dezembro de 2010, abrangendo países como a Tunísia, o Egipto e a Líbia, etc, a Síria entrou numa guerra civil que dura até aos dias hoje com consequências humanitárias muito preocupantes. Mais de 1000.000 pessoas morreram desde os primeiros protestos da oposição para derrubar o Governo do Presidente Bashar al-Assad, em Março de 2011. Para além disso, estão actualmente mais de 2.4 milhões de refugiados registados nas seguintes diferentes regiões: cerca de 932.000 no Líbano, 574.000 na Jordânia, cerca de 613.000 na Turquia, 223.000 no Iraque e, por fim, cerca de 134.000 no Egipto, de acordo com representantes do UNHCR (The UN Refugee Agency). As condições de vida destes milhões de pessoas e o estado de guerra que se vive na Síria, são-nos contadas todos os dias, através da televisão ou de jornais. Os media são o agente que nos permite testemunhar, em tempo real, estes acontecimentos atrozes e desumanos que estão a ter lugar em pleno século XXI. Em muito devemos agradecer a todos os jornalistas que arriscaram as suas próprias vidas em troca da verdade e da realidade dos factos que chegam diariamente até nós. Num sentido mais lato, os media contribuem para o enriquecimento cultural e intelectual de cada ser humano. Porém, com o desenvolvimentos dos media sociais, muitas vezes o fenómeno oposto pode acontecer - o ser humano tornar-se dependente de conteúdos de entretenimento e descurar nos conteúdos ricos em informação. Ora, de um modo geral, podemos afirmar que sem a existência dos media seríamos de facto muito mais ignorantes relativamente a todos os acontecimentos que nos rodeiam, quer a nível nacional, quer a nível internacional. É sempre

importante questionarmo-nos relativamente a tudo. Claro que perante esta declaração, se coloca em causa a veracidade da informação, que é um ponto a abordar mais à frente.

Mas qual a importância deste tema para a nossa sociedade? Porquê dar destaque à guerra na Síria? Antes de mais, é importante mencionar que temos uma licenciatura em Ciência Política, motivo pela qual considerámos interessante fazer uma investigação onde pudéssemos relacionar a Ciência Política com o Jornalismo - duas grandes paixões. Deste modo, consideramos que a importância deste tema prende-se não só com elucidar e acordar as pessoas para aquilo que se passa no mundo, mas também um olhar sobre a fragilidade da vida humana, e o clima estratégico de interesses geográficos, económicos e políticos que são parte integrante do mundo onde vivemos. Graças à arte e ciência do jornalismo, podemos ler, ver, ouvir, acreditar ou duvidar, interrogarmo-nos, interrogar o meio que nos envolve. A informação que o jornalista nos dá, ajuda, em muito, a uma melhor compreensão do mundo. O direito à informação é crucial num mundo em constante desenvolvimento.

No decorrer do século XIX, Victor Hugo, então deputado da Segunda República Francesa, evocou a liberdade de informação no seu discurso perante a Assembleia. Aí, ele clamou que "o princípio da liberdade de imprensa não é menos essencial, nem menos sagrado" que o princípio do sufrágio universal. "A liberdade de imprensa ao lado do sufrágio universal é o pensamento de todos a iluminar o governo de todos. Cometer um atentado a uma, é o mesmo que cometer um atentado à outra". (Repórteres Sem Fronteiras, 2014:5)

Relativamente à nossa experiência de estágio no Correio da Manhã, na secção de Internacional, foi surpreendente e contribuiu bastante para o nosso enriquecimento cultural e intelectual, não obstante o facto de que tivemos o primeiro e verdadeiro contacto com o mundo do trabalho. Surpreendente, pois já tínhamos estagiado anteriormente no Diário de Notícias e a experiência foi totalmente diferente, pois nem por uma vez tivemos a oportunidade de redigir as notícias directamente no programa informático, o Millennium Editor. Contrariamente, no Correio da Manhã o trabalho foi sério e duro. Muito temos a dever à nossa orientadora de estágio, Maria de Lurdes Mestre, editora da secção de Internacional, que nos incutiu os melhores hábitos de trabalho, transmitiu-nos as dificuldades da profissão e ensinou-nos pequenos e grandes detalhes sobre como escrever peças noticiosas.

Como em todos os trabalhos de cariz científico, a pergunta de partida que elaborámos definiu o fio condutor de toda a investigação. Não foi fácil traduzir o que vulgarmente se apresenta como um foco de interesse ou uma preocupação relativamente vaga num projecto de investigação operacional. Desta forma, procurámos enunciar o projecto de investigação na forma de uma questão de partida, através da qual tentámos exprimir o mais exactamente possível aquilo que procurávamos saber, esclarecer, elucidar. Assim, a questão de partida que elaborámos foi a seguinte: *Como é que um jornal popular faz a cobertura de um conflito internacional?*

Este Relatório de Mestrado é constituído por duas partes. Na primeira parte, o primeiro capítulo, aborda os principais conceitos em estudo, *Jornalismo, Guerra e Terrorismo*. Neste ponto propomo-nos abordar questões teóricas do jornalismo, bem como distinguir os referidos conceitos. É também neste ponto que se centra toda a abordagem teórica relacionada com o *Jornalismo de Guerra* e as suas dimensões. Num segundo capítulo, fazemos um relato e descrição do modo de operar do Correio da Manhã e também uma comparação entre os jornais populares, os chamados *tablóides* (onde se insere o próprio Correio da Manhã), e os jornais de qualidade. A segunda parte é constituída por dois capítulos. No primeiro definimos a metodologia de análise utilizada e no seguinte encontramos a análise empírica sobre a cobertura jornalística do conflito na Síria pelo Correio da Manhã. O Relatório termina com uma conclusão onde fazemos a síntese das principais questões debatidas ao longo do trabalho.

Parte I

Capítulo I - Jornalismo, Guerra e Terrorismo

“... o conceito do tempo do jornalista é mais do que uma simples resposta aos constrangimentos colocados pelo ciclo de produção do sistema noticioso. Tem um tipo de carácter fetichista. O imediatismo pode ser uma máquina aceite como uma verdadeira virtude”. SCHLESINGER, Philip, (1977:189).

A dependência do tempo sempre foi algo inerente ao homem, embora nunca tenha sido tão forte como no último século, especialmente nas sociedades ocidentais que vivem acorrentadas ao tique-taque do relógio. E se nenhum outro objecto controla tanto a vida das pessoas como o relógio a vários níveis, especialmente o profissional mas não só – o tempo serve de ponto de referência para a vivência humana, tendo mesmo em certos casos de ser coordenado por uma agenda – são poucas as profissões em que o conceito de tempo determina a própria essência do trabalho como é o caso do jornalista.

De facto, os jornalistas são membros de uma cultura cronometrizada sem a qual os conceitos e o comportamento dos jornalistas pareceriam curiosos e estranhos, se não mesmo patológicos, para usar as palavras de Schlesinger (1977: 178-79).

Mas mesmo na cultura jornalística o conceito de tempo muda de forma a ajustar-se às rotinas de produção inerentes ao meio de comunicação social. Em todas as empresas do campo jornalístico é o lapso de tempo de um acontecimento que determina o seu significado de acordo com os ritmos próprios do *medium*. Daí que o que para a rádio já não é notícia devido ao lapso de tempo decorrido poderá ser o destaque dum *medium* da imprensa escrita. Já se começa a perceber que a rotina do jornalista é marcada pelo ponteiro do relógio e pelos *deadlines*, dois dos mais potentes símbolos na cultura profissional do jornalista.

E também não é menos verdade que, se tempo é dinheiro então a imediatez vale uma fortuna quando se está num mercado onde a concorrência tenta sempre ser a primeira. Daí a ditadura do directo, ou das não tão invulgares difusões de material “ainda não editado” como o pivôt alerta. Exemplo do que acabamos de referir está explícito na observação feita pelo *news editor* da BBC sobre o facto da sua equipa de jornalistas ter chegado primeiro ao local dum acidente de aviação. As suas palavras foram “ Quando se tem uma notícia deve-se dá-la o mais depressa possível. Não se consegue saber todas as contingências” (Schlesinger, 1977:180). Ou seja, neste mercado onde o mais recente domina, ser o primeiro, mesmo que não se saiba bem explicar o acontecimento a um nível profissional, é mais importante. Algo que se nota na guerra das audiências do campo jornalístico, especialmente na televisão.

O ciclo noticioso de um *medium*, como a televisão é determinado pelos marcos temporais que são os chamados *news-slots*, como os telejornal da uma da tarde e o jornal da noite às 20:00, onde o público espera ver notícias. Isto apresenta um duplo constrangimento para os jornalistas: primeiro têm de “encontrar” notícias que possam ser apresentadas nesses boletins noticiosos, que ganha particular dificuldade no Verão devido às férias das habituais fontes de informação, como a actividade política. Segundo, esta procura é sempre assolada pela ditadura do tempo. É “suicídio jornalístico” um telejornal anunciar que não há notícias.

Também durante o telejornal o cronómetro não pára, dado que têm de ser seguidas rígidas instruções dadas pelos editores sobre o tempo de cada peça jornalística. Essas directivas temporais, como Schlesinger escreve (1977:183), “colocam uma estrutura temporal ao jornalista” da qual não se pode fugir.

Se existem alturas em que os boletins informativos são difíceis de preencher com notícias, existem alturas em que o dia noticioso é tão rico que é necessário o *news judgement* do editor para decidir o que é posto de parte e o que tem direito a figurar no telejornal. Este *news judgement* implica que todos os segundos da notícia da televisão, ou todas as palavras duma notícia escrita tem de ter a sua importância, daí que os jornalistas aprendam a dar a devida importância a tudo o que escrevem se quiserem ver a “estória” no ar ou publicada. O Guia Noticioso da BBC diz mesmo que cada palavra deve valer ouro.

Se os jornalistas são vítimas profissionais do tempo eles devem quebrar essas grilhetas usando o factor tempo como o verdadeiro teste de competência profissional. O jornalista profissional vê na excitação e perigo dos tão apertados deadlines a verdadeira natureza do seu trabalho. Daí advém o seu carácter fetichista, aliado ao facto que quanto melhor se dominar o tempo, melhor se é no campo do jornalismo porque a última notícia é sempre a mais urgente.

Mas o tempo não é o único constrangimento com que a tribo jornalística se depara. Com o ponteiro do cronómetro sempre a aproximar-se do prazo limite nem sempre é possível que a notícia seja isso mesmo: uma notícia que informa e explica. Um dos constrangimentos que advém desta cultura do tempo é que as notícias tornam-se cada vez mais primeiros planos, superficiais à custa do aprofundamento que a constante falta de tempo não permite (Schlesinger; 1977:189)

E se a pressa é inimiga da perfeição então o jornalismo não oferece muitas possibilidades para que se possam confirmar certas fontes e factos que vão ser relatados na notícia, ou mesmo a

possibilidade de investigar de forma mais aprofundada é negada. De notar os números diminutos de verdadeiros casos de jornalismo de investigação que chegam ao público.

O jornalista encara assim uma ambiguidade no seu dever: informar da melhor maneira possível o seu público e cumprir os obrigatórios *deadlines*. Com a ditadura do tempo a fazer tique-taque é difícil para os jornalistas cumprirem os seus deveres.

Mas nesta ditadura do tempo os que conseguem virar a seu favor os ponteiros do relógio, o que implica possuir um conjunto de saberes profissionais, podem usar isso para se afirmarem como verdadeiros profissionais do campo jornalístico e ver esse saber reconhecido. Aqui, é crucial lembrar as transformações que a Internet trouxe à questão temporal.

Até o final do século XX, a divulgação pública de informações nunca esteve ao alcance do cidadão comum. Por exigir grandes recursos financeiros (necessários para o acesso a tecnologias de reprodução e difusão, como parques gráficos e emissoras de rádio ou televisão), essa possibilidade estava restrita a uma elite, que detinha o controlo dos veículos de massa. Além disso, por serem provenientes de poucas fontes, essas informações podiam ser facilmente controladas. Com a internet, esse quadro altera-se, na medida em que a Rede torna acessíveis, sem a exigência de grandes investimentos, um meio de produção e, principalmente, distribuição de informações. Da mesma forma, a censura torna-se cada vez mais difícil, na medida em que as informações podem partir de múltiplas fontes.

Perante esta situação, muitos directores dos media impressos questionam-se quanto ao futuro e sustentabilidade das suas empresas. Coloca-se então o maior desafio tecnológico de todos: como tirar o máximo partido dos sites online?

Anders Gyllenhaal, director executivo do jornal norte-americano *The News & Observer*, afirma em *What's Coming? Will we be ready for it? Equipping Journalists for the New Communications Era*, que o mais importante na era digital é a existência, desenvolvimento e manutenção de sites online úteis, interactivos e inovadores, necessidades estas supremas no paradigma da competição. Gyllenhaal considera esta fase do jornalismo um grande desafio tecnológico e afirma que a indústria está a lidar com esta mudança de forma muito séria. Os editores de dois dos maiores jornais dos EUA, *The New York Times* e *The Washington Post*, estão a dedicar-se a questões da Internet. É possível encontrar uma grande quantidade de sites que competem entre eles. Na verdade, a corrida contra o tempo numa busca incessante de notícias para publicação online, torna a prática do jornalismo numa autêntica marcação cerrada.

Com o jornalismo online, 24 horas por dia, o jornalista sofre uma constante pressão no que diz respeito à recolha e elaboração das notícias. Em muitos casos, o jornalista passou a estar à frente do acontecimento, em vez de aparecer no local depois do acontecimento.

Ora, seja através de que fonte for, o objectivo primordial do jornalista é a notícia. O jornalista procura factos reais com o objectivo de os transformar em notícia. Mas afinal, o que é notícia?

A notícia antes de unidade delimitada no espaço e no tempo é uma construção que acontece “na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (Traquina, 1988:168). Mas nem todos os acontecimentos são notícia, apenas chegam a notícia os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia.

As notícias, acontecimentos aos quais se aplicaram os valores/notícia, também não são meras transcrições da realidade porque o jornalista ao narrar já está a reflectir sobre os acontecimentos narrados, como diz Ricoeur, pelo que a notícia nunca poderá ser o espelho objectivo da realidade. Esta noção implica que os jornalistas sejam não meros observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade (Traquina, 1988: 168), noção que não remete a objectividade para algo de obsoleto.

A narrativa da notícia é muito particular na medida em que constitui uma “estória” sobre a realidade. Assim a notícia adquire na sociedade uma qualidade simbólica, explicativa e de integração no todo como compreensão do Mundo. A notícia cria também uma estrutura sobre determinados acontecimentos o que possibilita catalogar cada notícia que vemos na nossa visão do mundo, identificando as suas matrizes: violência, destruição, desolação ou outro.

Esta estrutura criada pelas notícias que consiste em actualizar os acontecimentos mas manter a sua matriz, além de oferecer segurança e estabilidade, compele a que uma notícia seja apoiada por um “conjunto de outras apresentadas no passado que servem de suporte e de moldura”. Este enquadramento possibilita um fio condutor ao leitor para que ele possa identificar a matriz e codificar a notícia segundo uma estrutura já percebida e prevista (Bird e Dardenne, 1988:268). Este princípio de atribuição de significado social ao acontecimento está na base da criação de

consenso na sociedade que tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um consenso (Hall et al, 1973).

Exactamente o que acontece na cobertura mediática do terror. Cada “estória” sobre um atentado terrorista era escrita tendo como cenário outras “estórias” sobre o terrorismo, às quais se retiram certos elementos e acrescentam outros; tal como as “estórias” sobre o crime onde se mobiliza uma estrutura narrativa já conhecida do público. Assim sendo cada registo noticioso sobre um atentado terrorista está inserido numa estrutura narrativa, que é parte de uma cultura geral” (Bird e Dardenne; 1988:99).

Esta constante recorrência a apresentações passadas para enquadrar a mais recente notícia também pode ser causa de um dos efeitos de campo do jornalismo: a amnésia. Quando os acontecimentos se atropelam uns aos outros e não se sabe o nível de conhecimento do público sobre esse mesmo acontecimento é necessário ter sempre um pano de fundo sobre a notícia, o seu enquadramento. Este enquadramento é, nas palavras de Néilson Traquina (1995-2000: 28-29) um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de selecção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia, na construção da “estória”. Acrescenta, “estes dispositivos fornecem a ponte retórica pela qual se estabelece um contexto e uma relação entre vários pedaços de informação”.

As notícias, sejam elas interessantes ou importantes, fazem parte de um agendamento por parte dos media onde, diz a teoria, estes não nos dizem como pensar mas dizem-nos sobre o que pensar. Por meio de estruturas nas suas notícias, os media vão para além da sua função primária de informar e explicar mas tentam oferecer respostas à sociedade. A teoria do agendamento parte da já referida premissa que os media constituem o elo de ligação entre o público e a realidade pelo que ao determinar os temas em que se vai pensar estão já a configurar uma visão do mundo. Mas tal como os próprios fundadores da teoria do agendamento notam, esta asserção foi virada do avesso; os media não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso, e conseqüentemente o que pensar (McCombs e Shaw, 1974: 134). Os mesmos autores ainda apontam para que tanto a selecção de objectos que despertam a atenção como a selecção de enquadramentos para pensar esses objectos são poderosos papéis do *agenda-setting*.

E se os jornalistas detêm o monopólio de acesso ao público seria de esperar que outras agendas, nomeadamente a política, tentassem encontrar pontos comuns entre as duas agendas. “A riqueza e ironia da vida política é feita de uma desenfreada competição especializada entre pessoas que têm acesso aos media, e como tal tentam mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção da experiência” (Molotch e Lester, 1974:40)

A agenda mediática, dada alguma da sua previsibilidade, permite também às outras agendas concertarem os seus esforços de forma a adiantarem-se aos media, ao usarem-nos para impulsionar ideias ou divulgarem medidas .

Se é verdade que o conhecimento dos mecanismos de actuação dos media possibilita a promoção de ideias e de iniciativas o reverso da medalha é que outras entidades podem usar os media para “ajustar” a forma como são vistos pelo público. Os media são, de facto, apenas um poder ao serviço de outros poderes, especialmente o económico e político.

Independentemente das reflexões sobre o poder dos media e da discussão sobre a notícia como construção narrativa, resta dizer que a narrativa da notícia não é uma força poderosa que constrói a realidade a seu belo prazer. A notícia é o elemento comum que permite a nossa vivência diária.

Como Bird e Dardenne (1988:276) notaram: “as formas narrativas são mais do que construções literárias; elas conferem às pessoas um esquema para perspectivarem o mundo e viverem a sua vida.

A notícia é “ um facto verdadeiro, inédito ou actual, de interesse geral, que se comunica a um público, depois de recolhido, pesquisado e avaliado por quem controla o meio utilizado para a sua difusão.” (Letria, 1999: 27)

Mais do que reflectirem as pressões externas (sistemas de fontes, poderes), as notícias são resultado de uma “distorção inconsciente”, uma “distorção involuntária” (Wolf, 2002:105) devido às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizadas acerca do modo de informar

O conceito de valor-notícia resulta dos critérios que apoiam os juízos de noticiabilidade que o jornalista utiliza para seleccionar notícias. São valores partilhados por jornalistas que

resultam de uma síntese da sua cultura profissional com padrões técnicos e rotinas específicas do processo de produção de notícias que lhe permitem operacionalizar a tarefa de definir não só quais os acontecimentos que podem ser notícia mas também os aspectos que devem ser privilegiados na sua construção noticiosa.

Para Mauro Wolf os valores-notícia “constituem a resposta à seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (Wolf, 2002: 195)

Os valores-notícias derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas às características substantivas das notícias, ao seu conteúdo - ao acontecimento em si, à disponibilidade do material e dos critérios relativos do produto informativo, à natureza do *medium*, ao público: a imagem que os jornalistas criam dos públicos, e, por fim, à concorrência – relações entre os mass media existentes no mercado.

Os critérios substantivos da notícia vão desde a sua importância, seja através do grau, nível hierárquico e notoriedade dos indivíduos envolvidos. Esta situação é também válida para países como, por exemplo, os EUA. O impacto sobre a nação ou sobre o interesse nacional, a proximidade (psico-afectiva, temporal, cultural e geográfica), a magnitude: quantidade de pessoas (potencial ou de facto) envolvidos num acontecimento e a respectiva relevância e significado do acontecimento quanto à sua evolução futura.

O interesse relativo à notícia tem que ver com histórias de gente comum em situações insólitas, homens públicos surpreendidos na sua vida quotidiana, mas também, de forma inversa, histórias que invertem os papéis dos sujeitos, histórias de interesse humano, histórias de feitos excepcionais e heróicos.

Os critérios relativos ao produto variam entre a disponibilidade: o acontecimento é ou não acessível ao *medium*; e se sim a quantidade e qualidade dos meios necessários, a actualidade do acontecimento e, efectivamente, a qualidade da história. Quando nos referimos a qualidade, referimo-nos a acção (quando esta ilustra visivelmente uma acção), referimo-nos ao ritmo (exposição dinâmica, apelativa, não aborrecida), ao seu carácter exclusivo (fornece todos os pontos de vista sobre um tema controverso, o maior número possível de dados), à clareza da

linguagem (essencial nos meios electrónicos), equilíbrio e brevidade, de modo a evitar que o leitor desista de prosseguir com a leitura da notícia.

Os critérios relativos aos meios de comunicação variam entre quatro diferentes pontos. Primeiro, o modo de apresentação da notícia/meios disponibilizados (directos, enviados especiais). Em segundo lugar, a existência de bom material auditivo e visual (técnico e informativo) articulado com uma boa linguagem (texto). A frequência: lapso de tempo para que o acontecimento ganhe significado de acordo com os ritmos do próprio *medium*. E, por último, o formato: limites espacio-temporais do *medium*, duração e tamanho das peças.

Os critérios relativos ao público variam entre três diferentes pontos. O primeiro diz respeito às notícias que permitem a identificação do público com protagonistas ou situações. O segundo, notícias de serviço: informações de serviço público, por último, notícias ligeiras que não oprimem nem deprimem o público (notícia ponto de fuga).

Os critérios relativos à concorrência vão desde: notícias de última hora e informações exclusivas que tendem a ser valorizadas a expectativas recíprocas, como por exemplo a reacção à forma como se prevê que a concorrência irá reagir ao acontecimento à influência dos modelos de referência.

Guerra vs Terrorismo

Neste ponto, propomo-nos a distinguir melhor a noção de guerra e de terrorismo, de maneira a diferenciar aqui o tema do nosso estudo - o jornalismo de guerra. Deste modo, sabemos que muitas vezes o conceito de guerra pode estar relacionado com o terrorismo, no entanto, tanto um como outro - guerra e terrorismo - tem diferentes bases, orientações e fins a atingir. Se pegarmos no caso do conflito na Síria, por exemplo, é um caso evidente de guerra, uma guerra civil em que já foi noticiado o apoio do grupo terrorista al-Qaeda aos opositores do governo do presidente Assad.

Mas qual a diferença entre guerra e terrorismo? Começemos por analisar a questão do terrorismo.

O Dicionário de Relações Internacionais (2008:219) refere o terrorismo como sendo *a arma do pobre, tão antiga quanto a guerra, beneficiou do desenvolvimento moderno das comunicações para se internacionalizar e servir-se da reprodução mediática. O fim da guerra fria e a resolução de numerosos conflitos locais deveriam acompanhar-se de uma baixa do terrorismo, mas parece que não foi esse o caso. Este modo de acção universal pode servir tanto as causa políticas quanto as cruzadas religiosas deste fim de século.*

O terrorismo pode ser visto como um preliminar ou um substituto da guerra. Quando é de carácter interno, pode anunciar a guerrilha ou a guerra civil, como foi o caso da Síria. Quando é internacional, representa em geral uma estratégia indirecta de pressão subtil contra alguns Estados em períodos em que a guerra não é possível, como foi o caso da Guerra Fria, ou em casos em que a paz é recusada, como o conflito israelo-árabe.

O terrorismo é indiscutivelmente uma forma extrema de acção política. É uma técnica particular de comunicação caracterizado pela sua excelente relação "custo-eficácia" criada entre os meios de execução e pelo seu impacto. A sua ligação com o sistema mediático é muito estreita, ao ponto de se poder falar de cumplicidade objectiva entre o terrorista e o jornalista. Na realidade, a ligação entre um e o outro é mais complexa do que possa parecê-lo. Se uma deontologia mínima é necessária para a profissionalização dos media, e, por norma, é aceite, então a censura nunca pode impedir os atentados.

No entanto, existem diversas formas de terrorismo. No quadro nacional, os grupos terroristas podem reclamar-se de extrema-esquerda (Alemanha, França e Itália nos anos 70 e 80) ou de extrema-direita (Itália nos anos 70, Alemanha e Áustria nos anos 90). Cada vez mais aparecem motivações de ordens étnica ou religiosa, como é o caso particular do fundamentalismo islâmico.

No quadro internacional está ligado a conflitos regionais ou locais. Pelas pressões que exerce, procura fazer progredir uma causa e restabelecer o equilíbrio muitas vezes mal gerido no terreno. Utiliza redes de simpatizantes ou diásporas étnicas. Frequentemente, os grupos terroristas são treinados, financiados ou até manipulados por "Estados manipuladores", que deles se servem para fazer pressão sobre outros Estados.

Os métodos utilizados são conhecidos: o assassinio, o atentado, a chantagem, sequestro, ou o desvio de um avião.

Segundo o autor Gabriel Weimann, no seu artigo de 2008, *The Psychology of Mass-Mediated Terrorism*, o vocábulo *terror* traduz-se numa campanha de medo levada a cabo por organizações com objectivos específicos, que visam atemorizar uma audiência, no sentido de a assustar, ameaçar, provocar-lhe medo. Assim, segundo Brian Jenkins (1974:3), o terrorismo:

“Implica o uso de violência ou a ameaça de violência com o objectivo de provocar medo; propõe-se forçar ou intimidar governos ou sociedades na busca de metas que são geralmente políticas, religiosas ou ideológicas.”

Resumindo, tendo em conta o que foi dito, facilmente se compreende que a linguagem do terrorismo é a violência, essa é a sua forma de comunicar. A sua estratégia terrorista baseia-se na propagação do medo, já que constitui uma forma de poder e controlo que não reconhece as regras democráticas. Os terroristas usam esta linguagem e estratégia porque têm objectivos, uma intenção – impor determinada visão.

O terrorismo não é novo, no entanto, desenvolvimentos técnicos permitiram que se tornasse mais poderoso. Pode-se referir que, com a globalização ocorreu uma mudança de paradigma – o terrorismo passa a poder ocorrer em qualquer local, torna-se global e imprevisível.

Assim, esta alteração trouxe o designado *terrorismo moderno* que é construído à imagem da sociedade em rede.

De forma a caracterizar esta nova realidade, Weimann criou a metáfora *teatro-de-terror*. O objectivo do terrorismo é o envio de mensagens ao maior número de pessoas possível. Assim, os ataques terroristas, embora focados num alvo, pretendem atingir um elevado número de pessoas, ou seja, o alvo não é apenas a vítima. Por outro lado, esta violência é intencional e orquestrada. Caso contrário, seria impossível cumprir o objectivo primordial do terrorismo – comunicar a largas audiências. Esta organização também sustenta a ideia da metáfora do *teatro-de-terror*, já que, tal como num teatro, também o terrorismo se baseia em vários preparativos e detalhes.

Deste modo, compreende-se que o desenvolvimento tecnológico dos media tornou o terrorismo mais poderoso. Weimann menciona o nascimento de um *terrorismo moderno* baseado nos órgãos de comunicação que permitem a propagação de efeitos psicológicos a larga escala. Então, os ataques terroristas primam pela organização porque cuidadosamente orientam-se para os media, de modo a atrair a sua atenção, tornando estes eventos aliciantes, também, para os órgãos de comunicação. Há, então, uma relação de benefício mútuo entre o terrorismo e os media.

No entanto, os terroristas atingem um nível de influência mais alto quando se fundem numa só unidade com os media. Segundo Weimann, os terroristas podem ser os media, ao operarem os seus próprios meios de comunicação. Na realidade, os websites têm contribuído para a evolução do terrorismo e são actualmente utilizados por todos os grupos de terroristas activos, por servirem os seus objectivos de forma mais eficaz e por terem consideráveis vantagens.

Importa ainda referir que a oratória terrorista se baseia na justificação do uso da violência. Para justificar esta afirmação, Weimann recorre à *teoria do distanciamento moral selectivo* de Albert Bandura, segundo a qual, as pessoas não actuam de forma violenta naturalmente, mas sim quando há motivos que justifiquem essas acções. Estas justificações dão origem a um discurso que coloca os terroristas no lugar de vítimas, forçadas a recorrer ao uso da força e da violência como se esta constituísse o único meio possível de atingirem os seus objectivos face a um inimigo demoníaco.

De facto, Weimann refere que um terrorismo orientado para os media provou ser um desafio para as sociedades democráticas, problema que o desenvolvimento da Internet complicou

ainda mais. Porém, e apesar de não propor nenhuma solução, o autor conclui que devemos estar atentos às actividades internautas dos terroristas mas sem pôr em causa a beleza da sociedade que defendemos – a democracia e liberdade. Interessa, por fim, referir a noção de *trocas*, proposta por Weimann, a qual refere que há indivíduos que se encontram dispostos a *trocar* algumas liberdades pela redução dos riscos do terrorismo e o aumento do sentimento de segurança.

De acordo com um artigo publicado no Jornal de Notícias pela jornalista Judite de Sousa (2005-07-09), *O terrorismo impõe uma nova deontologia e uma nova prática jornalística. Mais importante do que mostrar o que aconteceu é pensar nas consequências do acontecimento até para evitar que os terroristas utilizem os media como instrumentos da sua cruzada contra o ocidente.*

Ora, quando nos referimos ao conceito de guerra entramos num paradigma diferente. Importa começar por perceber que o terrorismo e a guerra, embora com algumas características em comum, são duas realidades distintas.

De acordo com o Dicionário de Relações Internacionais (2008:168), *a guerra foi há muito tempo considerada como uma virtualidade permanente e inevitável do funcionamento da sociedade. Na sua aceção mais corrente, é uma relação que implica o uso da força armada entre dois Estados ou quaisquer outras unidades políticas internacionais. A guerra aparece como um fenómeno cada vez mais contestado, a suscitar muitas iniciativas que lhe limitem os efeitos e a tornem mesmo impossível.*

Carl Maria von Clausewitz, general prussiano, um dos principais inspiradores das doutrinas estratégicas ocidentais, acrescentou um elemento instrumental e intencional a esta definição. Para o autor, a guerra é "um acto de violência com a intenção de coagir o adversário a realizar a "minha" vontade. Daí o célebre preceito "a guerra é uma simples continuação da política por outros meios".

Diz-se guerra civil a um confronto que provoca uma onda de conflitos armados intra-estatais, programados ou planeados entre facções, partidos ou grupos de um mesmo povo, ou

ainda a que ocorre entre povos ou etnias habitantes de um mesmo país. Expressões como "guerra económica" e "guerra psicológica" designam também os confrontos directos provocados pelos pequenos conflitos efervescentes, com acções igualmente violentas mas sem o uso de armas. O confronto ou a guerra pode ter na sua origem motivos religiosos, étnicos, ideológicos, económicos, territoriais/geográficos, de vingança, ou de posse.

Importa também distinguir o conceito de guerra de conflito internacional e de crise internacional. Literalmente, um conflito designa uma oposição de interesses que não se traduz obrigatoriamente pelo uso da força armada. O antagonismo vivido durante o período da Guerra Fria entre o Oeste e o Leste, que repousava em interesses e valores irreconciliáveis entre os dois blocos ideológicos, e que nunca chegou a culminar numa confrontação armada directa entre esses dois blocos, é uma boa ilustração de um conflito. Mesmo quando tende a confundir-se com a guerra, o conceito de conflito - armado - é assim designado para qualificar situações inextricáveis, com especial destaque para aquelas em que, como no conflito ex-jugoslavo, a violência se exprime a diferentes níveis.

Além do conflito na antiga Jugoslávia, a segunda guerra do Golfo, desencadeada a seguir à invasão do Koweit pelo Iraque, constituiu um típico exemplo dos novos conflitos que degeneram em guerras. A mobilização da comunidade internacional, legitimada pelas resoluções da ONU, foi amplamente favorecida pelo fim ao bloqueio do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Stuart Allan e Barbie Zelizer, citando um *website*, referem que “All terrorist acts involve violence or the threat of violence. A terrorist act ordinarily would be considered a crime (...) Most terrorist acts would also violate the rules of war...” (Allan e Zelizer, 2004:67) De facto, estes dois conceitos, embora muitas vezes usados sem grande distinção e, apesar de ambos envolverem violência, não são análogos.

Referindo mais uma vez o trabalho de Allan e Zelizer, “... terrorism consists of acts carried out in a dramatic way to attract publicity and create an atmosphere of alarm that goes far beyond the actual victims (...) [terrorists] aim their violence at the people watching.” (Allan e Zelizer, 2004:67) Na realidade, o terrorismo tem esta vertente intencional de provocar medo através da publicidade dos seus actos. Assim, a primeira intenção terrorista é a ameaça, o terror,

o medo, publicitado nas sociedades contemporâneas pelos media. Podemos referir outras características que aludem à capacidade terrorista de instigar medo, nomeadamente o facto de os ataques terroristas serem imprevisíveis, e por isso mesmo, sem defesa possível. Allan e Zelizer mencionam esta característica ao dizerem que, “Uncontrolled and undefeated, they remain the mysterious, evasive power, which may raise its head at any time, anywhere around the globe, remaining a constant threat.” (Allan e Zelizer, 2004:77) Por outro lado, quando as organizações terroristas funcionavam dentro dos limites das nações tornava-se mais fácil balizar a sua relação com os media, controlando-se, então, o uso dos órgãos de comunicação para instigar medo; porém, com a invenção da internet o terrorismo tornou-se uma organização internacional e Brigitte Nacos argumenta que o terrorismo enquanto organismo internacional direcciona os seus ataques a qualquer pessoa, interessando apenas a sua presença num determinado local. Neste sentido, o terrorismo aproxima-se dos países ocidentais e foca-se nos inocentes. A ideia de o terrorismo acontecer também nos países de elite é muito importante para justificar o grau de medo que acarreta. Por fim, Allan e Zelizer mencionam que “... it is ironic that America’s number one enemy, a sought after criminal, who was responsible for the most destructive (...) terrorist attack directed at the US, became a superstar for whom major ethical principles of journalism were being compromised.” (Allan e Zelizer, 2004:80). Daqui se depreende não só o benefício mútuo que existe na relação entre *media* e terroristas, mas também se pode dizer que sendo medo sinónimo de poder, ao se elevar Bin Laden a um estatuto legítimo, apenas se confirma o receio que se sente.

Por outro lado, a guerra apresenta também algumas características que lhe dão um carácter mais distante e de menor receio. Primeiro que tudo a guerra apresenta algumas regras, e por isso mesmo menos imprevisibilidade, logo maior segurança. É um acto contido num território, sem grandes surpresas, e apesar de existirem vítimas colaterais, prima por ser uma luta entre soldados com direito de defesa. Por outro lado, como é algo que normalmente está longe dos países de elite depende da cobertura dos media que, segundo Allan e Zelizer, nestes casos não é muito verdadeira.

Impõe-se sistematizar, então, duas ideias – por um lado, a ideia do “nós” e do “outro”, no sentido em que o terrorismo causa mais medo à sociedade ocidental por lhe estar mais próximo do que a guerra, por outro lado, mesmo que o ataque seja infligido em qualquer parte do mundo não deixa de ter um elemento surpresa que também causa mais medo.

No entanto, interessa salientar duas últimas questões - os media não criam este medo, são apenas responsáveis pela sua maior visibilidade. Os media são vistos como máquinas geradoras de medo, que se baseiam em tudo o que apresenta ruptura e desestabilização. Podemos referir a noção de circularidade na relação dos media com o medo. A sociedade gera o medo, mas a visibilidade dada pelos media amplia-o. Todavia esta visibilidade é responsável pelo grau dos efeitos do terrorismo. O terrorismo envolve sempre pouca violência e muitos efeitos, sendo que esses efeitos se estruturam à volta do medo.

A guerra civil na Síria tem levantado inúmeros medos e receios nos governos ocidentais. O receio de uma rede de terrorismo organizado composta pelos *jihadistas* que se juntaram aos chamados rebeldes, na Síria, e que vão regressando a pouco e pouco ao Ocidente, agora radicalizados, já suscitou reuniões e precauções por parte de diversos governos europeus.

Se olharmos para o mítico caso Israel-Palestina, um bom exemplo de uma mistura entre guerra e terrorismo, sabemos que os Estados Unidos da América são o grande aliado de Israel. De que forma é que esta aliança põe em causa a forma como são tratados através dos media os ataques perpetrados contra a Palestina? Na verdade, já foram várias as vezes em que Barack Obama fez declarações oficiais lamentando a morte de palestinianos, em Gaza, desaprovando a tomada de decisão de Benjamin Netanyahu, presidente israelita. Porém, do desaprovar ao quebrar alianças vai um passo muito grande, praticamente inimaginável. Se tivermos em atenção, os media norte-americanos não condenam explicitamente os actos israelitas, publicando apenas a consequência dos ataques aos palestinianos em Gaza. Apesar de sabermos que a antiga tentativa de expansão israelita vai de encontro às leis do direito internacional, não existe efectivamente uma condenação ao nível dos media contra Israel.

No seguinte gráfico relativo ao início do ano 2012, proveniente do *Relatório Semanal da Protecção de Civis do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários Território Ocupado na Palestina*, podemos constatar a superioridade militar de Israel, traduzida nos enormes valores de palestinianos mortos e/ou feridos em Gaza, fruto de ataques israelitas.

Who's the Terrorist?



Source: UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs occupied Palestinian Territory
Protection of Civilians Weekly Reports <http://www.ochaopt.org/documents/>

Figura nº 2 - Número de palestinianos e israelitas mortos no conflito Israelo-Árabe no início de 2012

Para concluir, e após um olhar aos conceitos de guerra e de terrorismo, presentes neste trabalho, é possível afirmar que existe uma clara diferença entre os dois termos. Em primeiro lugar, a guerra é, normalmente, planeada e organizada por entidades governamentais, enquanto que o terrorismo cabe aos grupos que se pretendem insurgir, mas que, devido ao facto de não terem qualquer projecção a nível nacional ou internacional, vêem-se obrigados a recorrer a atentados, sequestros, entre outros métodos terroristas.

Por outro lado, se observarmos através de uma perspectiva mediática, vemos que o terrorismo é extremamente condenado ao contrário da guerra, que muitas vezes é incentivada através da propaganda. O melhor exemplo que temos é o caso dos Estados Unidos, que, através do pretexto de que o Iraque possuía armas de destruição massiça, declarou uma guerra "contra o terrorismo" ao então regime de Saddam Hussein.

Jornalismo de Guerra

Os conflitos armados que ocorrem pelo mundo são, nos dias de hoje, exaustivamente relatados e analiticamente dissecados 24 horas por dia pelos meios de comunicação social. Quer ocorram na "civilizada Europa" ou no mais esquecido país do terceiro mundo. Inúmeros repórteres são prontamente enviados para os cenários de guerra, numa procura incessante de informação. Inicia-se, assim, uma nova guerra, a guerra dos media, uma competição aparentemente sem regras, que conta apenas com o profissionalismo e a capacidade de discernimento dos jornalistas que nela se veem envolvidos. Porém, o acto de exercer jornalismo só por si, difere muito do acto de exercer jornalismo em tempos de guerra. Quando falamos em 'jornalismo de guerra', imaginamos de imediato bombas, tiros, mortes e uns quantos corajosos repórteres inseridos no seio da tragédia, preparados para relatar o que vêem, o que ouvem e o que sentem inseridos naquele ambiente.

Com efeito, as raízes do jornalismo de guerra remontam à Guerra da Crimeia, no século XIX, onde se deu o primeiro conflito coberto por agências de notícias (a Havas e a Reuters) e por um correspondente, William Russel. É interessante pensar, avaliar e essencialmente comparar a forma como o jornalismo foi exercido no ano de 1853-1856, na Crimeia, e como foi e tem sido a cobertura jornalística, actualmente, relativamente à situação Crimeia-Rússia. Depois, com a invenção do cinematógrafo, o público pôde testemunhar pela primeira vez a Guerra Hispano-Americana em Cuba e nas Filipinas (1898-1899). Foi nessa guerra que ficou constatada a grande influência que os meios de comunicação podiam ter sobre a opinião pública. Um exemplo conhecido que reflecte este tema tem como protagonista William Randolph Hearst: este magnata da imprensa dos EUA teria dado ordem a um dos seus correspondentes que se encontravam em Havana para que, houvesse ou não houvesse guerra, que mandasse fotografias, de maneira a que ele próprio providenciasse o conflito armado. Os meios de comunicação contam com poder suficiente para numa guerra dar a cara ao que mais convém ou interessa, tanto a nível político como económico.

Ainda referente a jornalismo de guerra que remonta aos tempos passados, a imagem em baixo ilustra a capa do jornal belga, *Le Soir*, nos dias 2 e 3 de Janeiro de 1940. Esta fotografia foi tirada em Fermont, França, após uma visita ao Forte de Fermont, o famoso bunker construído pelos franceses durante a Segunda Grande Guerra. Aqui, podemos ler títulos destacados como

"Um olhar sobre a guerra - aos nossos soldados", "As relações diplomáticas entre Roma e Moscovo irão reduzir-se apesar do domínio protocolar", "Comunicados franceses", "Comunicados alemães", "Os grandes chefes do exército francês" e "Esperanças".



Figura nº 3 - Capa do jornal belga Le Soir, em 1940

Também tirada em Fermont, França, esta fotografia do jornal belga, La Gazette, remonta-nos ao dia 11 de Maio de 1940. Aqui, podemos ler títulos na primeira página como " A Alemanha ataca a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo", "Mobilização geral e estado de sítio são decretados", "A Holanda é atacada pelo ar e por terra", "Vários prédios destruídos em Bruxelas", "Paraquedistas alemães aterraram em Vottem, Saint-Trond, Perwez, Nivelles e em Haia", "Um gigantesco 'raid' de alemães a residir na Bélgica". Esta é uma pequena amostra do jornalismo em tempos de guerra há 64 anos atrás.

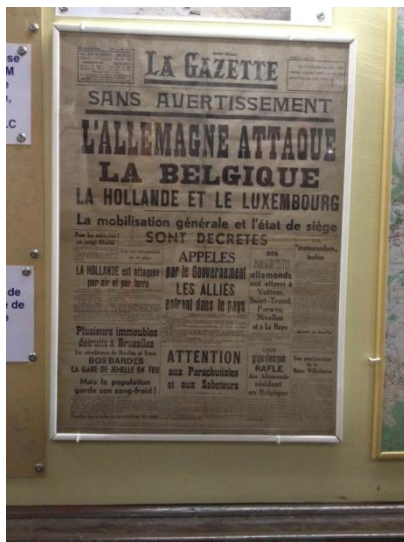


Figura nº 4 - Capa do jornal belga La Gazette, em 1940

O caso da famosa fotografia da menina nua a correr depois de um bombardeamento dos EUA com napalm, durante a guerra do Vietname, é também uma imagem que nos revela, numa vertente social, as desastrosas consequências para milhares de vietnamitas que sofreram durante mais de uma década.



Figura nº5 - Accidental Napalm

Se olharmos para o modo de funcionamento da imprensa vietnamita nos dias de hoje, por exemplo, assistimos à morte programada da liberdade de informação. O Partido Comunista vietnamita iniciou uma marcha forçada que visa um controlo da informação. O Vietname é a segunda prisão do mundo para os "net cidadãos", depois da China. Trinta e cinco bloggers estão actualmente atrás das grades por terem exercido o seu direito de informar livremente,

frequentemente reconhecidos como culpados de actos de "propaganda" contra o Estado, de acordo com o artigo nº 88 do Código Penal. (Repórteres Sem Fronteiras 2014:41) Este facto é extremamente comprometedor e, evidentemente, mete em causa a veracidade de tudo o que está relacionado com os media no Vietname.

Ora, um factor interessante a indicar, é a forma como os media conseguem de certa forma moldar a opinião pública. Se tivermos em atenção as milhares de crianças que morrem todos os dias na Síria, e em muitos outros palcos de guerra espalhados pelo mundo, verificamos que o tratamento informativo é diferente, comparativamente com notícias referentes à morte de crianças em áreas geográficas pacíficas, nomeadamente nos EUA e na Europa. O melhor exemplo é o drástico acontecimento do dia 14 de Dezembro de 2012, quando ocorreu um massacre na escola elementar de Sandy Hook, em Newtown, Connecticut, nos Estados Unidos da América, onde morreram vinte e oitos pessoas, das quais vinte foram crianças. Foi uma tragédia indescritível, ninguém tem dúvidas disso. Nenhuma criança merece que lhe tirem a vida. Mas o que têm as crianças norte-americanas de diferente das crianças sírias, afegãs, paquistanesas ou iemenitas? O problema não está, definitivamente nas crianças, mas sim nos media e nos diferentes valores culturais e interesses económicos, financeiros e territoriais dos países onde se inserem esses mesmos medias.



Figura nº 6 - Influência dos media na opinião pública

Assim, como referimos há pouco, quando pensamos em jornalistas de guerra, imaginamos de imediato um cenário medonho entre os escombros das explosões e corajosos homens e mulheres a comprometer a própria vida em nome da verdade. Exemplo disso, é o caso de Nino Fezza, um repórter italiano que se encontra entre a Síria e o Líbano (no campo de refugiados Zaatari), que, de forma independente, criou um perfil na rede social Facebook onde

diariamente relata as atrocidades que se vivem na Síria, ao mesmo tempo que nos revela diversas fotografias que espelham o sofrimento do povo sírio. Estamos perante o mais puro jornalismo de guerra, ou diga-se antes, fotojornalismo de guerra, uma vez que pelo Facebook, o que Nino Fezzi mais nos dá a conhecer é através de fotografias com pequenas legendas. O seu trabalho no terreno permitiu-lhe a colaboração com jornais italianos. De certa forma, citando José Saramago, "todos somos escritores, mas uns escrevem e outros não", é possível afirmar que, desde que dotado com capacidade intelectual, crítica e descritiva, qualquer cidadão têm a possibilidade de narrar acontecimentos quotidianos. Mas é obrigatório seguir um código deontológico e uma ética jornalista.

Ora, quando falamos de jornalismo de guerra estamos, frequentemente, perante uma grande incógnita. Na realidade, o comum cidadão que folheia o jornal ou assiste ao telejornal não pode ter garantias de que a informação que está a processar é inteiramente verdadeira. Para isso, é necessário pensar e considerar o método e funcionamento de trabalho de um jornalista em tempos de guerra.



Figura nº 7 - Manipulação dos factos através dos media

O local onde os jornalistas estão a trabalhar é uma forma de assegurar objectividade e equilíbrio na reportagem. Desde a Guerra do Vietname, todas as guerras têm sido muito problemáticas para os media as reportarem de uma forma profissional, uma vez que foram submetidos a severas restrições militares que regulavam todas as actividades dos medias.

Os jornalistas foram obrigados a seguir orientações específicas nas conferências de imprensa. Perante este facto, é deduzível que muita da informação que sabemos através dos jornais e da televisão a respeito do conflito na Síria e outros conflitos internacionais seja

deturpada e/ou omissa, condicionada pelas medidas e restrições que foram dirigidas aos jornalistas. Um grande exemplo deste facto foi o atribuído "direito a mentir" consentido na época da Guerra Fria, como pretexto de segurança nacional. "The Cold War had prompted certain government officials to claim 'the right to lie' in certain cases of national security, a right reinforced by journalists who agreed not to challenge certain statements, but merely to report them as 'objective facts' disseminated by public officials. Government also took a larger role in managing the news, even to the point of staging 'pseudo-events' to make political points." (Rusciano, 2010:252) Perante esta situação, as guerras reais, vividas no terreno, passam muitas vezes a disputas, conjecturas, defesas e condenações entre os media, a opinião publica e os altos representantes de governo.

"Para quem és verdadeiro?", esta é a pergunta-chave interrogada pelo livro de Stuart Allan e Barbie Zelizer, sobre reportagem jornalística em tempos de guerra. É uma pergunta radical que não deixa passar em branco a forma como o negócio dos media e a ética jornalistas se inter-relacionam.

Em tempos de guerra, existe uma ampla gama de mutuais contradições, em que todas têm um único e idêntico objectivo: tornar-se parte da realidade dos media. Os interesses das facções em guerra, o valor moral dos repórteres, bem como as diferentes estratégias das empresas de media, todas estas dimensões desempenham um papel muito importante no estabelecer de diferentes versões da verdade.

Através de um paradigma mais simbólico, devido ao excepcional papel que desempenha nos media, a reportagem de guerra revela tanto a grandeza como a fraqueza do jornalismo. Analisar o estado de uma guerra é crucial. De acordo com Allan e Zelizer, examinar o terreno onde o jornalismo enfrenta os seus maiores desafios irá revelar bastante relativamente ao negócio dos media como um todo.

Efectivamente, os conflitos internacionais dos tempos actuais, são, normalmente, uma batalha de armas mas também uma batalha de opiniões. A propaganda desempenha um papel fundamental quando se pretende retratar o conflito, uma vez que actua de forma a favorecer o lado pretendido. Porém, as estratégias de propaganda são frequentemente orientadas em direcção à arena dos media, uma vez que a informação fornecida pelos media é a maior fonte de

informação para a maioria dos cidadãos nos tempos que correm (Bennett and Paletz, 1994; Strömbäck, 2004: 85-110).

Os cenários de guerra são, indiscutivelmente, situações de grande desafio no que diz respeito à reportagem de notícias. Grande parte da reportagem de guerra depende das fontes políticas e militares, cujos incentivos são normalmente para cobrir a verdade e manipular os media. Todas as nações, sejam elas totalitárias ou democráticas, usam diferentes tipos de propaganda antes da guerra (para preparar e mobilizar), durante a guerra (para confundir e encorajar), e depois da guerra (para justificar e 'escrever a história') (Nord and Strömbäck, 2002:86-110).

Vejamos o caso da Guerra no Iraque, em 2003, em que o governo dos Estados Unidos da América, sob a presidência de George W. Bush, considerou a sua ofensiva no país como uma "guerra contra o terrorismo". Ironicamente, dois anos após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, que, contrariamente ao que todos os media sempre veicularam, surgiram diversas teorias suspeitas de que o golpe terá sido perpetrado pelo próprio governo norte-americano. Este é um tema muito controverso a abordar, uma vez que, novamente, mete em causa de forma determinante a opinião pública gerada a nível internacional sobre um assunto de cariz muito delicado.

A maioria dos estudos sobre esta temática confirmam suposições a respeito de notícias de reportagem tendenciosas, dependência assimétrica em fontes e negligência em áreas de cobertura. Não obstante, a maioria dos investigadores desta área não concordam com a conhecida expressão 'a primeira casualidade da guerra é a verdade' (Nord and Strömbäck, 2002:86-110). No entanto, existem conflitos cuja cobertura jornalística tem mais qualidade do que outros.

As perspectivas políticas relacionadas com os conflitos podem variar. Existem conflitos cobertos pelas regras do direito internacional, e, por outro lado, existem conflitos que são extremamente controversos a nível político. Quando a elite política está unida e a favor de uma guerra, a possibilidade de uma reportagem mais patriótica nos media nacionais vai aumentar (Nord and Strömbäck, 2002:86-110). Por outro lado, se a elite política estiver dividida, os media nacionais irão provavelmente descrever as posições do conflito de forma mais cuidada, e cobrir a

guerra mais compreensivelmente (Nord and Strömbäck, 2002:86-110).

No caso da Síria, tivemos, até há bem pouco tempo nas notícias a nível internacional, verdadeiras oposições entre as elites do ocidente, relativamente à intervenção no conflito sírio. A França, os Estados Unidos e a Alemanha apelavam à intervenção, enquanto o Reino Unido manteve-se firme contra essa mesma interferência, muito embora, a 21 de Agosto de 2013, o Correio da Manhã tenha editado um comunicado do primeiro-ministro britânico David Cameron, numa entrevista à BBC, onde este demonstrou o quanto modificou a sua posição relativamente ao apoio às forças de oposição do regime sírio, referindo que já não concordava com o envio de armas. Esta declaração veio na sequência de ter pedido ao Presidente dos EUA, Barack Obama, para fazer da guerra da Síria uma prioridade e mais tarde ter pedido à União Europeia que revisse o embargo de armas para os rebeldes sírios, mas Cameron, talvez de forma racional, diminuiu o seu entusiasmo ao ter a consciência de que o envolvimento de extremistas nas forças rebeldes no conflito sírio estava a aumentar. Tenhamos em consideração o recente atentado ao Museu Judaico, em Bruxelas, onde um atirador matou quatro pessoas. Este foi apanhado cerca de duas semanas mais tarde, tratava-se de um indivíduo francês, *jihadista*, que esteve a combater na Síria, junto da oposição. Enfim, ainda em termos geográficos internacionais, a Rússia é apoiante incondicional do governo de Bashar al-Assad. Façamos uma analogia aos tempos da Primeira Guerra do Golfo. A maioria dos países europeus, como a França e a Alemanha, por exemplo, mostraram uma forte oposição à guerra. Mas o governo britânico, sendo o mais importante aliado, deu um firme apoio aos EUA, com o segundo maior número de tropas na região. (Fahmy e Kim, 2008:444) Em todos os momentos de conflito ou guerra na História da Humanidade vemo-nos deparados com duas facções do conflito, duas versões dos acontecimentos, e, muitas vezes, o que chega até nós em forma de notícia vem sustentar depoimentos em favor de uma dessas facções em jogo.

A qualidade da reportagem de guerra não se baseia apenas no consenso ou na controvérsia política, pois os factores internos da produção entre a organização dos media também têm um elevado peso para a qualidade da cobertura feita pelos mesmos (Nord and Strömbäck, 2002:86-110). Quando estamos perante reportagens de guerra, é importante perguntar onde é que os jornalistas estão a trabalhar, quando é que os jornalistas vão publicar os resultados do seu trabalho, e, provavelmente o mais importante, como é que os jornalistas estão a

trabalhar dentro da organização dos media. Na sua obra "A Guerra em Directo", o jornalista português Carlos Fino faz o relato minucioso dos dias e das horas dramáticas vividas em três dos teatros de guerra mais importantes do início do século XXI: Afeganistão, Israel e Iraque. No Afeganistão, esteve vários dias sem companheiros ou material para fazer as suas reportagens, o que não o impediu de executar as mesmas. Fino relata na primeira pessoa a forma como um jornalista reage às diversas situações imprevisíveis com que se deparou em tempos de guerra. Em Israel, conta a sua experiência, onde esteve perante uma situação medonha, onde acreditou mesmo que ia morrer, com armas a pontadas por militares israelitas, que, segundo o autor, "parece que têm prazer em matar jornalistas", para além de uma descrição exacta da realidade política que tomava conta daquela região.

A forma de actuação dos israelitas e a forma como estes executam as suas acções, tendo em conta a cobertura noticiosa, também é abrangida por Carlos Fino. Finalmente, no Iraque, conseguimos imaginar através das palavras escritas pelo autor, como foi a sua vida em Bagdad nos dias em que o início da guerra estava iminente, a ansiedade de quando iria eclodir o primeiro sinal em que iria entrar em directo para a RTP. No Iraque, salienta-se também a forma como o autor ajudou as outras estações televisivas portuguesas (a SIC) e o companheirismo que desenvolveu ao partilhar espaços e vivências em climas de grande tensão. A forma como um jornalista de uma pequena estação portuguesa pode ser o primeiro a noticiar os bombardeamentos sobre Bagdad não deixa de ser interessante. Fino ofereceu-nos uma descrição muita precisa, muito real, que apenas poderia ser relatada por alguém que de facto tenha experienciado aqueles impressionantes momentos.

A Guerra no Iraque, por exemplo, foi uma excepção na medida em que permitiu o sistema de *'embedded journalists'*, ou seja, os jornalistas estavam incorporados com os militares, permitindo-lhes assim uma maior liberdade na procura das suas próprias notícias e no testemunho de eventos, que poderiam comprovar com os seus próprios olhos. No entanto, este sistema *embedded*, foi não mais do que uma enorme arma para os Estados que enviaram esses jornalistas. Nomeadamente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Esta "evolução" jornalística veio de facto expandir a visão dos jornalistas inseridos em terrenos de guerra, mas o que estes jornalistas não reportavam, era a outra versão da história, a voz dos oprimidos, as principais vítimas das guerras contemporâneas: os civis. De acordo com o documentário de 2010 de John

Pilger, *The war you don't see*, durante a Primeira Guerra Mundial, 10% de todas as baixas eram civis. Durante a Segunda Guerra Mundial o número de mortes elevou-se a 50%. Durante a Guerra do Vietname, 70% de todas as baixas foram civis. Na guerra do Iraque, os civis representam mais de 90% de todas as mortes.

Historicamente, o jornalismo de guerra aparecia nos jornais e nos noticiários com histórias acerca de acções do dia anterior (note-se na fotografia do jornal *La Gazette*, que data de 11 de Maio de 1940, quando a invasão se deu no dia 10 de Maio de 1940). Passava um tempo considerável entre os acontecimentos e as notícias acerca dos acontecimentos, o que dava ao departamento das notícias uma oportunidade razoável de confirmar os novos factos, completar histórias e analisar os recentes desenvolvimentos através de diferentes perspectivas. Havia tempo mais do que suficiente para explicar toda a situação e avaliar os diferentes testemunhos. Hoje, com o avanço das tecnologias, os noticiários 24 horas por dia são uma das principais características de reportagem, bem como o jornalismo online, permitindo a actualização de notícias ao minuto. O jornalismo partiu da premissa de *deadline* (prazo) para *online*. As últimas notícias tornam-se velhas histórias em poucas horas ou mesmo minutos. Perante esta situação, podemos alegar a falta de pureza e confiança no actual jornalismo, pois a constante saída de notícias denota, em parte, falta de qualidade e crédito do seu conteúdo, pois sabemos que pouco tempo depois existem fortes possibilidades de surgir uma notícia a desmentir ou a contrariar a anterior. O avanço do jornalismo à luz do contributo tecnológico não só alimenta um panorama da realidade baseado no pouco verdadeiro, como também dá espaço para "inventar programas" para preencher os buracos nos horários de formato 24 horas por dia, com programas envolvendo comentários carregados de especulação, que facilmente circula no seio da opinião pública.

O aumento da competição, especialmente em jornais de formato tablóide, como é o caso do *Correio da Manhã*, bem como de canais televisivos sensacionalistas, tendem a produzir um jornalismo menos sério e procuram mais notícias sensacionalistas (McManus, 1994; Underwood, 1995). Com o evoluir das tecnologias e do já referido jornalismo online, os meios de comunicação social, nomeadamente a imprensa, criaram uma cultura tão diversificada de conteúdos que acaba por tornar a prática do jornalismo menos completa e mais fragmentada.

Os comentários em vez da informação propriamente dita também são produto deste jornalismo tão variado. De facto, se tivermos em atenção à quantidade de horas que um canal

televisivo de notícias de formato vinte e quatro horas por dia detém para análises e comentários, podemos constatar que é muito elevado. Porém, no outro lado da medalha temos o exemplo claro de liberdade de expressão e participação cívica e política na sociedade civil.

Mas voltemos ao jornalismo de guerra. De acordo com Nord e Strömback em *Reporting More, Informing Less*, a possibilidade para uma forma de fazer jornalismo em tempos de conflito será mais adequada se os jornalistas tiverem uma rotina e preparações, ou seja, se os jornalistas conseguirem identificar padrões num conflito, eles tenderão a ser mais exímios no escrutínio e a questionar as visões e versões oficiais do panorama geral do conflito. No caso de não existir qualquer rotina, supondo que os jornalistas terão de enfrentar uma crise totalmente nova e desconhecida, há menos possibilidades da garantia de um jornalismo de alta qualidade. Nestas situações, há um grande risco de circular falsa informação e confundir as reportagens.

De igual importância é a possibilidade que as organizações dos media tenham para fazer a preparação adequada antes do despoletar da guerra. No caso da Síria, procurar compreender a história política, cultural e religiosa do país com o intuito de obter um raciocínio lógico capaz de responder a determinadas questões. Se um acontecimento puder ser antecipado pelos jornalistas, o departamento das notícias muda de imediato as suas prioridades, os horários e os procedimentos de trabalho de maneira a melhorar a cobertura do próximo acontecimento. Quando um conflito começa sem notícias, os jornalistas têm oportunidades limitadas para verificar os factos e as demonstrações de valor partidário.

Nord e Strömback (2006:89) definiram quatro tipos de casos onde cruzaram a rotina dos media com a preparação dos media, atribuindo-lhes um sentido bom ou mau, para a prática do jornalismo.



Figura nº 8 - Media e Crises, quatro casos típicos

O Tipo I representa o tipo de crise que nunca tínhamos ouvido falar antes e que não tínhamos possibilidade a prever.

Os Tipos II e III representam situações em que a qualidade do jornalismo pode ser esperada em maiores níveis, mas mesmo assim está longe de ser perfeita. No Tipo II, uma nova crise desenvolve, o que torna possível para os media se prepararem melhor. O exemplo da Primeira Guerra do Golfo é um bom exemplo disso. No Tipo III, as crises acontecem de repente, mas já aconteceram antes. Acidentes de avião, terremotos, cheias, etc. Por fim, o Tipo IV, de acordo com as ideias de Nord e Strömbäck, deve ser caracterizado pelo jornalismo profissional. A nossa perspectiva considera que o caso da Síria se aplica ao Tipo IV, um acontecimento esperado que já aconteceu antes. Porém, com algumas fragilidades jornalísticas presentes. Claro que não podemos afirmar que os jornalistas poderiam prever o despoletar da guerra civil na Síria, é um acontecimento imprevisível. No entanto, se observarmos o clima de tensão do Médio Oriente nos últimos anos, que se reflectiu na Primavera Árabe, e o facto de ser um país em ditadura há mais de trinta anos, seriam alguns pontos onde se poderia imaginar que a revolta tomasse lugar na Síria. No entanto, é sempre imprevisível.

O acontecimento de uma guerra apresenta o maior desafio aos valores e práticas profissionais da imprensa. Mas o que pensar quando tomamos conhecimento de que a ética e os valores de um jornalista poderão servir de pouco, ou mesmo de nada? Os meios de comunicação das massas estão monopolizados por uma pequena fatia de personalidades influentes do nosso mundo, moldados de acordo com interesses nacionais, tornando dúbia e pouco fiável muitas das notícias que chegam até nós. Mas, no outro lado da moeda, podemos contar com os impressionantes avanços tecnológicos que nos permitem, hoje em dia, ter um fácil acesso à informação, através de um clique no nosso computador ou telemóvel. (Claro que esta questão não é igual para todos os habitantes do planeta, como é por exemplo o caso de diversos países africanos com poucas posses de acesso à informação, ou até mesmo a Coreia do Norte, com uma censura máxima a nível nacional. Foquemo-nos no Ocidente.)

Assim, nos tempos que correm, é possível argumentar que a informação possa fluir mais fidedigna na internet, uma vez que é um espaço virtual de domínio geral, onde, supostamente, não há censura. Porém, em certas regiões do mundo, como tem sido actualmente o caso da Síria, o risco de desconexão de internet é muito elevado, como podemos verificar no mapa fornecido pela Renesys.

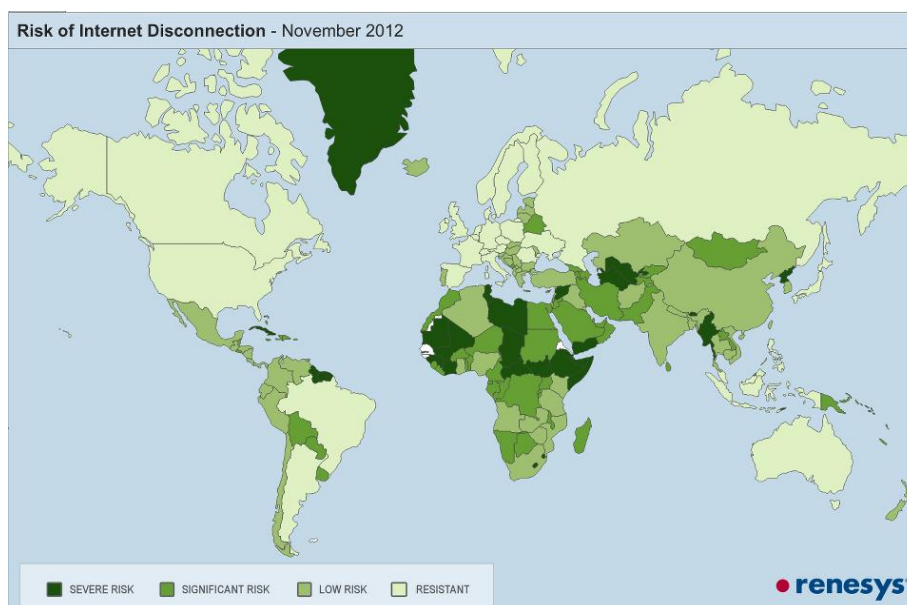


Figura nº 9 - Risco de Desconexão da Internet, Novembro de 2012 (Fonte: renesys)

Ainda assim, contando com a filtração de informação partilhada em diversos sites da

internet, com o contributo de cada vez mais jovens formados na área das engenharias informáticas e no ramo tecnológico - expoente máximo disso será o famoso grupo de hackers "Anonymous" - a busca da verdade e a luta contra a liberdade de informação e contra a corrupção em termos virtuais (e também impressos!), tem aumentado significativamente.

Três casos muito interessantes e contemporâneos que vieram confrontar e impactar a nossa sociedade e os atentados ao nosso direito à informação, foram, sem qualquer dúvida o soldado norte-americano Bradley/Chelsea Manning, Julian Assange, e o ex-trabalhador da CIA e da NASA, Edward Snowden. Três personalidades que marcaram o nosso mundo fazendo História por desafiarem o sistema enraizado ao exporem à sociedade a aos cidadãos do mundo como são vigiados, controlados e alvo de inúmeras omissões por parte dos governantes. Um verdadeiro ataque às liberdades e direitos individuais de cada ser humano.

Edward Snowden e Bradley/Chelsea Manning foram indicados para o Prémio Nobel da Paz 2014 através de uma indicação conjunta feita por parlamentares piratas da Islândia e por eurodeputados piratas.

Manning deu-nos uma visão da realidade brutal da guerra e da hipocrisia do poder político. Snowden revelou-nos como os estados vigiam e controlam os nossos fluxos de informação. Juntando as duas coisas, temos uma imagem bem forte. Por isso é que indicamos os dois juntos, disse Amelia Andersdotter, *in eurodeputada pirata, in <http://partidopirata.org/piratas-europeus-indicam-edward-snowden-e-chelsea-manning-para-nobel-da-paz-2014/>*

As revelações de Edward Snowden levaram a uma investigação em larga escala sobre vigilância em massa pelo Parlamento Europeu, além de outras coisas. Premiá-lo com um Nobel da Paz seria um jeito adicional de dizer que a sociedade democrática apoia as suas ações. Em vez de entregar o prémio para os detentores do poder, o Comité Nobel deveria entregá-lo para aqueles que expõem o poder, diz Chrstian Engström, *outro eurodeputado pirata, in <http://partidopirata.org/piratas-europeus-indicam-edward-snowden-e-chelsea-manning-para-nobel-da-paz-2014/>*

Bradley/Chelsea Manning é um soldado do exército dos EUA que foi sentenciada a 35 anos de reclusão em prisão militar em 2013 por liberar centenas de milhares de documentos para o site de Julian Assange, Wikileaks. Os documentos vazados apontam para um longo histórico de corrupção, sérios crimes de guerra e uma falta de respeito pela soberania de outras nações democráticas por parte do governo dos EUA em negócios internacionais.

Essas revelações impulsionaram movimentos democráticos pelo mundo fora, incluindo uma revolução democrática na Tunísia. De acordo com análises jornalísticas, acadêmicas e de intelectuais, as suas ações ajudaram a motivar os movimentos democráticos da Primavera Árabe, lançaram luz sobre a influência secreta que corporações exerciam sobre políticas domésticas e estrangeiras de nações europeias, e ainda contribuíram para o acordo firmado pelo governo Obama para que fossem retiradas as tropas dos EUA do Iraque ocupado.

As informações profundas que foram tornadas públicas por essa corajosa denunciante ajudaram a promover o diálogo público sobre a legitimidade, adequação e relevância das intervenções militares executadas pelas tropas dos EUA no Iraque e no Afeganistão. O vazamento desses documentos levaram diretamente a exigências pela retirada completa das forças militares nesses países, assim como por comités de investigações sobre o tratamento de prisioneiros no Campo de Detenção da Baía de Guantánamo.

Os documentos e informações nunca deveriam ter sido mantidos longe do olhar público, e o próprio facto de que jornalistas nas zonas de conflito diminuía ou omitiam factos ocorridos em campo, aumentava a corrupção do fluxo de informações. As revelações – incluindo documentação em vídeo de um incidente no qual soldados norte-americanos dispararam contra jornalistas da Reuters no Iraque – têm impulsionado discussões em nível global sobre as investidas militares intercontinentais dos EUA, mortes de civis na guerra e regras de engajamento. Cidadãos ao redor do mundo possuem uma grande dívida com a denunciante do Wikileaks por lançar luz sobre esses problemas, que chegaram até nós através através dos jornais e da televisão.

Edward Joseph Snowden é um especialista em computação, ex-empregado da Agência Central de Inteligência (CIA) e ex-prestador de serviços da Agência de Segurança Nacional (NASA), que liberou documentos confidenciais da NASA para diversos canais de media, dando

início aos vazamentos da NASA, os quais revelam detalhes operacionais de um aparato de vigilância global controlado pela NASA e outros membros da Aliança dos Cinco Olhos, em conjunto com diversos parceiros e corporações internacionais.

Correndo um risco enorme em termos do seu bem-estar pessoal e do seu futuro, ele tem revelado o terrível alcance da rede mundial de espionagem das agências espias anglo-americanas. Liberando documentos sobre as actividades de agências clandestinas, ele não revelou apenas a escala global da vigilância em massa a qual coloca em perigo uma série de liberdades civis (elementos fundamentais de nossas liberdades como liberdade de expressão e o direito à privacidade), mas também ofereceu às pessoas do mundo inteiro as ferramentas necessárias para combater o cada vez mais invasivo caminho para a vigilância em massa. Violações flagrantes dos direitos humanos mais básicos têm sido institucionalizadas pelas agências do governo dos EUA, enquanto a privacidade tem sido incluída em todas as cartas de princípios e declarações internacionais de direitos humanos.

Após iluminarem o mundo com as suas dádivas de informação, as quais jamais teríamos acesso por proibição total do governo dos Estados Unidos, estas três personalidades encontram-se presas e/ou exiladas. Manning encontra-se a cumprir pena numa prisão militar. Snowden está exilado na Rússia. Julian Assange está exilado na embaixada do Equador, em Londres, desde Agosto de 2012.

Através de uma visão analógica, Manning, Snowden e Assange personificaram três autênticos redactores da realidade que os rodeia, à semelhança do que fazem os jornalistas. Mas, já dizia George Orwell, "Journalism is printing what someone else does not want printed: everything else is public relations". (New York Post, 29/1/1999)

Em suma, apesar de estas três figuras não estarem directamente relacionadas com o jornalismo de guerra, estão indiscutivelmente ligadas à exposição de comportamentos e acções condenáveis de diversos países, nomeadamente dos Estados Unidos, na forma como estes levam a cabo a realização de uma guerra, bem como posteriormente tentam encobrir essas mesmas acções.

Uma analogia entre os dois conceitos em análise: Jornalismo e Guerra

Atendendo ao tema em análise deste relatório, é importante analisar os conceitos inerentes ao estudo, *jornalismo* e *guerra*, revelando a forma como os dois se relacionam um com o outro.

Deste modo, os jornalistas responderiam prontamente, como define a ideologia profissional desta comunidade, que o jornalismo é a realidade. (Traquina, 2007:9) O jornalismo pode ser compreendido como sendo a resposta à pergunta que todos os dias milhões de pessoas colocam: o que aconteceu na Assembleia da República?, que história foi aquela do suicídio em Espanha?, o que se está a passar no Mali?, e na Crimeia?, e o avião que desapareceu?, entre milhares de outras perguntas que fazem parte do quotidiano e da curiosidade dos cidadãos que habitam no mundo e desejam estar informados e actualizados de todos os acontecimentos.

Efectivamente, podemos afirmar que o jornalismo são estórias (estória é um neologismo proposto por João Ribeiro (membro da Academia Brasileira de Letras) em 1919, para designar, no campo do folclore, a narrativa popular, o conto tradicional), estórias da vida, estórias das estrelas, de triunfos ou de tragédias. Estas estórias são, dentro da comunidade jornalística, as notícias. Os jornalistas vêem os acontecimentos como estórias e, com as suas técnicas profissionais, fazem da estória uma notícia para o mundo.

Uma compreensão histórica do jornalismo ajuda-nos a entender melhor a importância das qualidades e validade das notícias. Nas primeiras décadas do século XVII, época em que ainda não existiam jornais diários (novidade essa que surge no final deste mesmo século), reinava uma diferente forma, pré-moderna do jornal, as chamadas "folhas volantes". Estas eram diferentes dos jornais, em primeiro lugar por se dedicarem habitualmente a um único tema e não a uma variedade de assuntos, como os jornais, e em segundo lugar, por não serem publicações regulares, como os jornais. (Traquina, 2002:174)

Estas abordavam temas sobretudo com avisos moralistas ou interpretações religiosas. As "folhas volantes" inglesas apareceram no século XVII, mas já havia "folhas volantes" publicadas na Europa, um século atrás, em Veneza. Começaram a circular com o primordial intuito de satisfazer a curiosidade sobre os acontecimentos que tomavam lugar na época. E assim tudo teve

o seu início...

O período entre 1890 e 1914 trouxe uma rápida expansão da indústria dos jornais e uma consolidação do jornalismo como uma área de práticas distintas. Nesta altura, observamos um aumento na educação profissional jornalística, associações e prémios, que marcam a consolidação de um ramo com uma série de desafios. Também é possível, nesse mesmo período, uma onda de reportagens a iniciar-se, bem como reportagem local e de investigação. Repentinamente, os jornais tornaram-se num grande negócio. O número dos jornais aumentaram um terço entre 1892 e 1914, a circulação média duplicou e o volume da publicidade aumentou para o triplo. (Krauser, 2011:93)

Ao longo do século XVIII, as publicações periódicas, como os jornais, eram dominadas pelo pólo político, e os meios de comunicação social eram essencialmente vistos como uma arma política até ao aparecimento da chamada *penny press* na década de 30 do século XIX. Até à época da *penny press*, as notícias versavam apenas assuntos políticos e económicos, e o seu respectivo comentário. O discurso parlamentar, as cotações da Bolsa, o câmbio, os conflitos militares, as informações comerciais preenchiam o conteúdo da imprensa. Comparativamente com o jornalismo actual do século XXI, é possível afirmar que com os elevadíssimos números de jornalismo de entretenimento e não-informativo, a população do século XXI, de um modo geral, menos interessada por questões importantes sobre o país e o mundo, devido à fácil distração que os media oferecem, seja ela impressa ou audiovisual.

O primeiro curso de jornalismo foi oferecido em 1893, na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. A Universidade de Missouri, primeira com uma escola separada para o ensino do jornalismo, abriu as suas portas em 1908. A Escola de Jornalismo de Columbia abriu em 1912, com base numa doação de Joseph Pulitzer. Nesse mesmo ano foi formada a Associação Americana dos Professores de Jornalismo. Já uma fraternidade profissional de jornalistas tinha sido formada em 1909. O primeiro código deontológico foi adoptado pelos editores, em Kansas, Estados Unidos, também em 1909. Conferências nacionais de jornais começaram a realizar-se. Pulitzer estabeleceu o famoso Prémio Pulitzer no seu testamento em 1904, tendo morrido sete anos mais tarde, em 1911. O prémio continha quatro distinções no ramo jornalístico, quatro distinções no ramo das letras e música, e um para a educação. (Krause, 2011:94) Com o seu prémio, Pulitzer, o jornalista, estabeleceu a sua herança e marcou o seu legado, tanto como o

patrono das artes, mas também enobreceu o jornalismo como uma arte distinta.

Porém, nem sempre a arte de fazer jornalismo é reconhecida pelo mundo fora, como uma profissão de valor. Segundo Nelson Traquina, o jornalismo tem sido uma profissão pouco prestigiada. Ao contrário dos médicos e dos advogados, que têm um reconhecido estatuto a nível mundial, os jornalistas são vistos como meros redactores da realidade que é o nosso mundo. No entanto, o jornalismo é demasiadas vezes reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e de formatos, e os jornalistas reduzidos a meros empregados, trabalhadores de uma fábrica de notícias. (Traquina, 2007:11) Se olharmos com atenção, é inegável afirmar que o jornalismo é uma actividade intelectual. O jornalista é um intelectual. Não é por acaso que muitas pessoas consideram a profissão de jornalista aquela com maior cultura geral. Efectivamente, para se fazer bom jornalismo, é imprescindível uma diversidade de condicionantes. Assim, existe uma condição fundamental para o bom funcionamento do jornalismo: a democracia.

A democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade, e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é informar o público sem censura. (Traquina 2008:12) Ora, a teoria democrática define claramente um papel adversarial entre o poder político e o jornalismo, denominado, historicamente, desde o século XIX, como "Quarto Poder". Esta intitulação dada ao jornalismo é extremamente forte, dando-lhe um papel fundamental na sociedade onde vivemos. Pelo menos assim devia ser. Se quisermos definir o jornalismo num regime totalitário, quer sob formas seculares, como por exemplo, o fascismo, quer sob formas religiosas, como por exemplo, o ex-regime dos Talibãs no Afeganistão, então estamos perante um jornalismo de propaganda ao serviço do poder instalado. Se formos ainda mais longe, e olharmos o caso da Coreia do Norte, estamos perante uma completa manipulação da informação.

De acordo com a agência noticiosa portuguesa Lusa, um jornalista norte-coreano, que vive actualmente na Coreia do Sul, explicou que o líder da Coreia do Norte e assessores "transmitem instruções detalhadas sobre os programas a emitir" na televisão estatal KCTV.

O sistema de propaganda norte-coreano nada deixa ao acaso e os conteúdos mediáticos "são sujeitos a três filtros de censura: interna, estatal e 'a posteriori'", disse Chang Hae-song, que durante 20 anos trabalhou na KCTV (1976-1996), num encontro com um grupo de jornalistas estrangeiros em Seul. Chang Hae-song foi enviado para um campo de trabalho por escrever o

nome do líder com um erro. Apenas quando chegou a Seul descobriu que os desenhos do gato e do rato não eram norte-coreanos, mas dos Estados Unidos, e chamavam-se Tom e Jerry.

Com efeito, o papel do jornalismo mais não deveria de ser do que informar o público de forma honesta e verdadeira. Kovach e Rosenstiel propuseram os "elementos do jornalismo". Estes elementos combinam o que supostamente deve ser a essência do jornalismo. Em primeiro lugar, a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade. Em segundo lugar, a sua primeira lealdade é com os cidadãos; a sua essência é a disciplina da verificação, os seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem, evitando assim qualquer tipo de tendência ou parcialidade. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder, deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante, o deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional, e, por fim, os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

De acordo com os autores, o propósito do jornalismo é fornecer as pessoas com a informação que as mesmas precisam para se sentirem livres e auto-governantes (2001:12). No entanto, para cumprir esta missão, eles concordam que a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade. Segundo a visão de Kovack e Rosenstiel, os jornalistas não deveriam acrescentar nada às suas histórias, devendo apenas basear-se no resultado da reportagem jornalística, sendo o mais transparente possíveis no que diz respeito aos métodos e motivos da prática do jornalismo.

E quando os meios de comunicação são dominados pelas grandes corporações? No seu livro "Clube Bilderberg: os Senhores do Mundo", Daniel Estulin refere que "os meios de comunicação mundiais fazem parte da elite globalizadora, uma organização ultra-secreta que continua a sê-lo graças à cumplicidade da imprensa mundial. Estulin afirma ainda que "há muito que os meios de comunicação fazem parte do mundo das elites. A imprensa livre é um mito porque é propriedade dos poderosos. Só quando for propriedade de muitos cidadãos anónimos será possível a existência de uma imprensa verdadeiramente livre, baseada no nosso «direito a saber»." (2005:16).



Figura nº 10 - Os media como forma de manipulação

Já dizia Richard Salant, antigo presidente da CBS News, "a nossa missão não é darmos às pessoas o que querem, mas sim o que decidimos que devem ter". Ainda segundo Estulin, "um dos segredos mais bem guardados é até que ponto um punhado de gigantescos conglomerados, todos eles pertencentes ao secreto Clube Bilderberg, ao Council on Foreign Relations, à NATO, ao Clube de Roma, à Comissão Trilateral, à Maçonaria, à Skull and Bones, à Távola Redonda, à Milner Society, e à Aristótle Society dos Jesuítas controlam o fluxo de informação em todo o mundo e determinam o que vemos na televisão, ouvimos na rádio e lemos nos jornais, revistas, livros ou na Internet." (2005:43).

Jim Tucker, jornalista da American Express, lamentou-se ao dizer que "assistir à conferência anual de Bilderberg é compreender como os Senhores do Novo Mundo se reúnem em segredo e conspiram com a conivência dos principais meios de comunicação". O Clube Bilderberg, já anteriormente mencionado, é uma clube que conta com as mais influentes personalidades a nível mundial, com o intuito de transformarem o actual mundo num Governo Mundial. O seu raio de acção estende-se pelo mundo inteiro, sendo que a boa-fé está muito longe de ser a conduta seguida pelos chamados "Bilderbergers".

Bilderberg contou, num ou noutra momento, com representantes de todos os principais jornais norte-americanos e europeus e as grandes cadeias noticiosas estão presentes. Fazem-no com base na promessa de que não noticiarão nada. É assim que Bilderberg mantém um *blackout* noticioso praticamente total, nos Estados Unidos e na Europa. (Estulin, 2005:43).

A Nova Ordem Mundial alimenta-se de guerras e sofrimento, de descabros financeiros e crises políticas para manter a expansão do seu esmagador andamento. Baseia-se no medo das

pessoas em relação à liberdade. Uma perfeita analogia ao mundo criado por George Orwell em 1984. Por isso, no caso do Afeganistão e do Iraque, mal parece que terminou a guerra já se ouvem vozes que perguntam: "Quem será o próximo?" O Irão, a Síria, a China, a Rússia. As armas são o pão nosso de cada dia. Obtêm-se lucros com as guerras grandes e com as pequenas. (Estulin, 2005:19) Não deixa de ser curioso observar que a primeira edição de Estulin foi em 2005, e já nessa data, ele conseguiu antever, em parte, que a Síria seria um possível alvo de guerra. Tenhamos em consideração a situação actual China vs Japão, e as suas constantes disputas, bem como a relação Rússia-União Europeia, após a invasão da Crimeia.

Gary Allen afirmou na sua obra "The Rockefeller File" que o envolvimento dos Rockefeller com os meios de comunicação social tem múltiplas implicações. Uma é que os planos deste poderoso gang em termos de um Governo Mundial monopolista nunca, mas nunca, são discutidos nas máquinas de desinformação de massas. Os media decidem quais irão ser as questões no país. Podem realçar a questão da pobreza ou silenciá-la. O mesmo acontece com a explosão demográfica, a poluição, a paz, a *détente*, ou o que quer que seja.

Os meios de comunicação social podem pegar num homem, num acontecimento, no que quer que seja e adulterá-lo de toda e qualquer forma possível. Gary Allen ainda afirmou que com o dinheiro, os Rockefeller adquiririam o controlo dos media. Com os media, a família obteve o controlo da opinião pública. Com o controlo da opinião pública, obteve o controlo da política. E, com o controlo da política, estão a assumir o controlo da nação.

Segundo palavras do próprio David Rockefeller na obra de Estulin, estamos perante uma total manipulação dos media. "Estamos gratos ao *Washington Post*, ao *New York Times*, à *Time Magazine* e a outras grandes publicações», disse David Rockefeller, "cujos directores estiveram presentes nas nossas reuniões e respeitaram, durante quase quarenta anos, as suas promessas de discrição". (Estulin 2005:45)

O sociólogo francês Pierre Bourdieu encontra nas "relações invisíveis" (Gomes, 2012:38) que se estabelecem entre os campos político, das ciências sociais e do jornalismo, a melhor forma de explicar o que tendemos a pensar quando vemos televisão, lemos um livro ou um jornal: imputamos tudo o que vemos e lemos a indivíduos, à maligna natureza das instituições, etc. Os três universos sociais - campo político, das ciências sociais e do jornalismo

- são relativamente autónomos e independentes, mas cada um exerce efeitos sobre os outros, afirmou o sociólogo francês, numa conferência em Lyon, em Novembro de 1995. (Gomes, 2012:39)

Estudos já existentes sugerem que, no seu todo, os media têm "servido as forças armadas bastante bem" durante os tempos de guerra (Carruthers, 2000: 271-2; Taylor, 1992). Diversos factores explicam este padrão da deferência dos media nos objectivos de guerra dos governos. Estes incluem dependência sobre fontes oficiais, factores ideológicos como anti-Comunismo durante a Guerra Fria (Robinson et al., 2005), patriotismo, medo de críticas (se a reportagem for vista de forma a minar os esforços de guerra), e valores de notícias cujas raízes são reportadas em episódios dramáticos. De uma forma global, em tempos de guerra, os media são normalmente caracterizados como sendo um servo fiel, publicitando enquadramentos oficiais de um conflito, ignorando ou desconsiderando quem os desafia. (Wolfsfeld, 1997:69)

A actuação dos media é muitas vezes dúbia, colocando em causa a sua veracidade. O modo de operar do jornalista bem como os seus valores e princípios, a sua relação com a empresa onde trabalha e muitos outros factores despoletaram o interesse no estudo de diferentes teorias jornalísticas. Ao longo de várias décadas e depois de muitos estudos realizados sobre o jornalismo, Nelson Traquina afirma ser possível esboçar a existência de várias teorias que tentam responder à questão de saber porque são as notícias como são, porque abordam elas determinadas notícias e através de diferentes perspectivas.

São sete as teorias de Traquina, sendo que o autor afirma que as mesmas não se excluem mutuamente, ou seja, não são pura e necessariamente independentes umas das outras. Assim, passo a enumerar e a explicar as seguintes teorias:

1. **Teoria do espelho.** De acordo com Traquina, a teoria do espelho, a mais antiga, afirma que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Inerente a esta teoria está a ideia de que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, ou seja, um agente que não tem interesses específicos a defender, que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, do a quem doer. Com efeito, a ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade, que impeça quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, existindo sanções graves pela comunidade

profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. O ethos dominante, os valores e as normas identificadas com o profissionalismo, levarão a que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à regra do espelho, porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias reflectem a realidade, de que os jornalistas são imparciais devido ao respeito das normas profissionais e de que asseguram o trabalho de recolher a informação e relatar os factos, sendo simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia. (Traquina, 2002:76)

Efectivamente, a teoria do espelho é uma explicação pobre e insuficiente que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo, e, na maior parte dos casos, sem o intuito de colocar em causa a integridade dos seus profissionais.

2. Teoria da acção pessoal ou a teoria do *gatekeeper*. O termo "*gatekeeper*" refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. Este conceito foi introduzido pelo psicólogo Kurt Lewin num artigo publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos. (Traquina, 2002:77). Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por vários *gates* (portões), que representam as áreas de decisão em relação às quais o jornalista, ou seja, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo "portão", se for negativa, significa a morte da notícia e a sua não-publicação.

Perante esta teoria e de maneira a comprová-la (ou não), em 1950, o estudioso David Manning White, baseou-se numa pesquisa de um jornalista de meia-idade num jornal norte-americano. White chegou à conclusão de que o processo de selecção é pessoal e arbitrário. As decisões do jornalista eram altamente subjectivas e dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do jornalista. Mais tarde, em 1989, numa teoria fornecida por Schudson, o autor afirma que a "acção pessoal" são as notícias explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções. (Traquina, 2002:78)

A teoria do *gatekeeper* analisa as notícias somente do lado de quem as analisa, o jornalista. Deste modo, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem microssociológica, ao nível de um só indivíduo, ignorando quaisquer factores macrossociológicos. Esta teoria

propõe igualmente uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, baseando-se no conceito de selecção, minimizando e limitando outras dimensões importantes do processo de produção das notícias.

3. **Teoria organizacional.** A teoria organizacional, tal como o nome indica, consagra um alargamento da perspectiva teórica, do âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística. De acordo com esta teoria, o jornalista acaba por ser "socializado" na política editorial da organização através de uma sucessão subtil de recompensa e punição, não seguindo uma linha de acreditações e valores próprios.

Em 1955, sociólogo norte-americano Warren Breed, publicou o seu primeiro estudo sobre a teoria organizacional intitulado *Controlo social da redacção: uma análise funcional*. Breed considera que o jornalista se conforma mais com as normas da política editorial do que com quaisquer outras crenças pessoais. O autor advoga que os pontos de vista da direcção da empresa jornalística chegam a controlar o trabalho do jornalista ao longo do tempo, sobretudo por um processo de osmose, o que em termos sociológicos significa que os indivíduos, através da socialização, aprendem as regras e passam a cumpri-las como parte normal das suas rotinas.

Assim, na teoria organizacional, estamos perante um processo de socialização organizacional, onde se destaca a importância da cultura organizacional em vez de uma cultura profissional.

De acordo com Breed, existem seis factores que promovem o conformismo com a política editorial da organização:

- A autoridade institucional e as sanções
- Os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores
- As aspirações de mobilidade
- A ausência de grupos de lealdade em conflito
- O prazer da actividade
- As notícias como valor

Breed defende que estes seis factores promovem o conformismo em relação à política editorial da empresa. O autor reconhece ainda que um determinismo, ou melhor dito, um "ditatorialismo" organizacional seria de difícil implementação devido à natureza do trabalho jornalístico e a um mínimo de uma autonomia profissional que ela exige. Ainda mais, qualquer tentativa de obrigar o jornalista a seguir uma dada política construiria um tabu ético e uma clara afronta a um dos pilares da legitimidade profissional, a independência do jornalista. (Traquina, 2002:83)

A conclusão de Breed é que a linha editorial da empresa jornalística é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sociocultural da redacção seguirá explicações para este conformismo. A fonte de recompensas do jornalismo não se situa entre os leitores, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideias sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até ao nível mais pragmático do grupo redactorial.

Assim, segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interacção social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe. Deste modo, esta teoria aponta para a importância do factor económico na actividade jornalística. Na verdade, o jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas enfrentam as consequências da economia em que o país vive.

4-. **Teorias de acção política.** A riqueza da explosão dos estudos sobre jornalismo a partir da década de 1970 não se mede só pela quantidade de trabalhos publicados mas também pelas novas preocupações e perspectivas.

A socióloga norte-americana Gaye Tuchman afirma que a nova fase dos estudos noticiosos alargou o âmbito das suas preocupações do nível do indivíduo para o nível da organização, relativamente à comunidade profissional. (Traquina, 2002:88)

Na nova fase de investigação, a relação entre o jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da actividade jornalística, o papel social das notícias e a capacidade do Quarto Poder de corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática.

Surge então uma corrida à investigação sobre estudos de parcialidade e objectividade jornalística. Como escreveu Hackett, "Numerosas análises de conteúdo têm procurado avaliar a objectividade da cobertura noticiosa de campanhas eleitorais, assuntos controversos, políticas, instituições, movimentos ou figuras políticas." (Traquina, 2002:88) A existência da teoria democrática inerente ao jornalismo acaba por influenciar a posição social da postura profissional dos jornalistas.

Os estudos de Efron (1971), Kristol (1975) e, em particular, de Rothman e Lichter (1986), com o título *A Elite Mediática*, argumentam que os jornalistas constituem uma "nova classe" com claras parcialidades políticas que "distorcem" as notícias para a propagação das suas opiniões anticapitalistas. No sentido político oposto, Chomsky e Herman (1979) argumentam que a cobertura noticiosa norte-americana da repressão no chamado "Terceiro Mundo", e o papel do governo em tal repressão, é distorcida pela subordinação dos media aos interesses e perspectivas das elites políticas e económicas dos Estados Unidos. Para estes dois autores, as notícias não passam de "propaganda" que sustenta o sistema capitalista. (Traquina, 2002:89) Enfim, no seu estudo sobre os media norte-americanos, Herman e Chomsky defendem a tese de que os media reforçam os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído), devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e dos anunciantes.

Para Herman e Chomsky, cinco factores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista: 1) a estrutura de propriedade dos media; 2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura de lucro e a conseqüente importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas das fontes governamentais e do mundo empresarial; 4) as acções punitivas dos poderosos; e, por último, 5) a ideologia anti-comunista dominante entre a comunidade norte-americana. (Traquina, 2002:92)

Assim, na teoria de acção política, os media noticiosos são vistos como mecanismos, instrumentos que servem os interesses políticos. Na versão do espectro político da esquerda, os media noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista, na versão da direita, servem como instrumentos que põe em causa o capitalismo.

5. **Teorias construtivistas.** Surge um novo paradigma nas pesquisas: o jornalismo como construção social da realidade. Nesses estudos, a teoria das notícias como *espelho*, como simples reprodução da realidade é rejeitada. Segundo Schlesinger, a perspectiva etnográfica, ao contrário de outras abordagens que estudam o produto jornalístico, permite uma observação teoricamente mais detalhada sobre as ideologias e as práticas dos jornalistas.

Na pesquisa etnográfica, os investigadores, seguindo o exemplo dos antropólogos, foram aos locais de produção, permaneceram, durante longos períodos de tempo, observando como os profissionais do jornalismo desenvolviam as suas actividades, para compreender como se dá o processo de produção das notícias. Isso permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento central nesse processo. A importância da rotinização da prática e da produção jornalística é um elemento-chave para entender o novo paradigma construtivista dos anos 70.

6. **Teoria estruturalista.** A teoria estruturalista partilha de um mesmo paradigma que emergiu na década de 70: o jornalismo como construção social da realidade. A teoria estruturalista reconhece a autonomia relativa dos jornalistas em relação à sua atividade. De acordo com Hall et al. (1993:224-248), as pressões práticas do trabalho constante contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um acesso exagerado, sistematicamente estruturado, aos media, por parte daqueles que detêm posições institucionalizadas privilegiadas.

7. **Teoria interaccionista.** Para a teoria interaccionista, os jornalistas vivem sob a tirania do factor tempo. O seu desafio quotidiano é ter de elaborar um produto final (notícia, jornal, telejornal, etc.). Pressionadas pela tirania da "hora do fecho", os chamados *deadlines*, as empresas do campo jornalístico são ainda mais obrigadas a planejar estratégias e métodos face ao desafio colocado pela dupla natureza da sua matéria-prima.

Em primeiro lugar, os acontecimentos (a matéria-prima preponderante do trabalho jornalístico) podem surgir em qualquer parte. Em segundo lugar, esses acontecimentos podem surgir a qualquer momento. Por último, face à imprevisibilidade, as empresas jornalísticas precisam de impor ordem no espaço e no tempo. (Traquina, 2002:107)

A compreensão das concepções específicas sobre os media (sociologia do jornalismo) e a sua respectiva capacidade - ou incapacidade - de produzir efeitos na sociedade, bem como as relações de poder envolvidas na luta pelo controlo do campo jornalístico, sob a perspectiva da teoria do agendamento (*agenda setting*) fazem parte desta teoria.

Neste sentido, foram analisadas as teorias da notícia como espelho da realidade, da ação pessoal (*Gatekeeper*) e organizacional, da ação política, etnoconstrucionista (*News Making*) e estruturalista. Estas últimas abordagens são identificadas com o paradigma da notícia como construção e fundadas a partir da guinada linguística, vinculando criticamente a teoria do discurso jornalístico à mudança social. Neste contexto, a teoria da ação comunicativa de Habermas é vislumbrada como modelo capaz de orientar uma aproximação entre as abordagens "liberais", que desvinculam o funcionamento dos media da estrutura de poder, e "radicais", que acusam os meios de comunicação de se subordinarem à ideologia da classe dominante (Serra, 2001:85).

Com efeito, do outro lado da análise, temos o conceito de *guerra*, conceito este que, apesar de já ter sido analisado anteriormente através de uma perspectiva mais teórica, será agora analisado através de uma perspectiva mais simbólica, como símbolo de poder e instrumento de mobilização para o reforço e autodeterminação desse mesmo poder.

A questão do poder está, frequentemente, associada ao conceito de guerra. Na sua obra, *O Poder em Cena*, Georges Balandier faz uma análise antropológica e cultural do poder, onde podemos constatar que o autor enquadró a obra num cenário multicultural de exemplos antropológicos, de maneira a demonstrar a essência do poder verdadeiramente dito. Ao longo da obra, Balandier utiliza factos históricos registados para sustentar a sua argumentação. É bastante pertinente, na medida em que no caso da guerra civil da Síria, estamos inegavelmente perante uma questão de forças e jogos de poder.

Balandier fez uma pesquisa documental histórica, de onde surgiram inúmeros exemplos, pegando em figuras históricas, regimes totalitários, regimes socialistas, sociedades tribais, entre outros, onde o poder assume uma forma. Ora, o poder e a visibilidade caminham lado a lado, sendo que, por norma, quem tem o poder, faz questão de uma maneira ou de outra, o tornar

visível. Mas desde quando é que o poder precisa de visibilidade? Esta questão foi elaborada para que se compreenda a relação entre estes dois conceitos, e de certo modo, para perder um certo cinismo relativamente à forma como a política interage com os media. A verdade é que existe uma questão estrutural entre poder e visibilidade, não existindo um sem o outro. A construção em conjunto da decisão das ideias, ou a admiração do reforço do poder, quer seja democrático ou não democrático, está sempre relacionado com estes dois conceitos.

Assim, o poder é também uma forma de 'fazer' guerra, de a tornar iminente e de a fazer eclodir. Com efeito, todas as mudanças estruturais e conceptuais, desde há uma dezena de anos, produziram uma autêntica explosão no mundo. Os conceitos políticos fundamentais - como Estado, poder, soberania, independência, democracia ou fronteira - já não têm o mesmo significado. À escala planetária, os três principais protagonistas (que eram, sob o Antigo Regime monárquico, a nobreza, o clero e o povo) são agora associações de estados como a ALENA (Estados Unidos, Canadá e México), as grandes empresas multinacionais, os grandes grupos mediáticos ou financeiros e as grandes organizações não-governamentais.

Estes novos actores actuam num quadro planetário menos determinado pela Organização das Nações Unidas (ONU) do que pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta mudança revela um indicador fulcral e ponto de compreensão para variadíssimos conflitos que se geraram ao redor do planeta.

Desde o final da Guerra Fria, em 1989, houve mais de sessenta conflitos armados que fizeram centenas de milhares de mortos e mais de dezassete milhões de refugiados. Actualmente, em muitos locais da Terra, a vida quotidiana tornou-se simplesmente num inferno. (Ramonet, 2003:16) Onze anos mais tarde, a Síria ilustra as palavras de Ignacio Ramonet, com cerca de dois milhões sírios evadidos do seu país, fora aqueles que lá continuam, seja por motivos de orgulho, os mais jovens que combatem, as famílias que se recusam a deixar as suas casas, ou por motivos de incapacidade física, os mais velhos com fraca capacidade móvel. Ora, e se nos dissessem que todas estas guerras são orquestradas e planeadas pelos grandes líderes mundiais?

Na sua obra "Clube Bilderberg: Os Senhores do Mundo", Daniel Estulin afirma que um dos muitos objectivos do Clube é o de "provocar, por meio de guerras, fome e doenças, a morte de 4 mil milhões de pessoas até ao ano 2050, aqueles a quem David Rockefeller e Henry

Kissinger chamam jocosamente de "comedores inúteis". Dos restantes 2 mil milhões de pessoas, 500 milhões serão formados por raças chinesas e japonesas, escolhidas porque são povos que foram subordinados a uma disciplina rígida durante séculos e estão habituados a obedecer à autoridade sem a questionar, segundo John Coleman no seu livro *Conspirator's Hierarchy: The Story of the Committee of 300*. (Estulin 2005:51)

Em *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media* (1998), Noam Chomsky e Edward S. Herman sustentam a ideia de que os media se encontram, por natureza, ao serviço do poder dominante, como já tinha anteriormente sido referido. Estes dois autores contribuíram para o fortalecimento teórico desta ideia. A partir da aplicação do Modelo de Propaganda (PM, em inglês), que constitui, no essencial, um conjunto de filtros condicionadores de uma autonomia plena das redacções, o célebre linguista norte-americano e o seu compatriota afirmam que os media norte-americanos se encontram ao serviço do poder das grandes corporações e do Estado. Resumidamente, o Modelo de Propaganda descreve um sistema de mercado descentralizado e não conspirativo de controlo e de procedimento, embora por vezes o governo ou um ou mais actores privados possam tomar iniciativas e mobilizar acções coordenadas de elite acerca de um tema." (Gomes, 2012:33)

O modelo sugere que os media do *mainstream*, enquanto "instituições de elite", enquadram notícias e consentem debates apenas dentro dos parâmetros dos interesses da elite. Quando a elite está realmente preocupada e/ou os cidadãos normais não sabem que estão em risco ou imobilizados pela propaganda, os media servirão decididamente os interesses da elite.

No seu documentário lançado em 2010, *The War You Don't See*, o jornalista britânico John Pilger, após uma meticolosa e extraordinária investigação e organização dos factos, apresenta-nos o enquadramento real das condições em que a Guerra do Iraque e Afeganistão, bem como a Guerra do Vietname, foram levadas a cabo pelos governos norte-americano e britânico, reveladas por jornalistas independentes e personalidades que ocupavam altos cargos nas organizações implicadas no processo de tomada de decisões. É uma ilustração perfeita, com base em declarações reais e documentadas, que nos revela a indiscutível relação existente entre os meios de comunicação social e a esfera política, nomeadamente em períodos marcados pela guerra.

O documentário indaga sobre questão do papel dos media nas guerras repressivas. Porque razão muitos jornalistas "tocam os tambores de guerra" apesar das mentiras dos governos? E como é que os crimes de guerra foram narrados e justificados se eles próprios são crimes?

Entre outras revelações surpreendentes, o filme revela que os escritórios da televisão Al Jazeera, em Bagdad, no Iraque, em 2003, e em Cabul, no Afeganistão, em 2001, foram bombardeados pelos Estados Unidos, de modo a impedir ou dificultar a cobertura do ponto de vista árabe, das atrocidades da guerra/invasão, enquanto que as televisões ocidentais acompanhavam as tropas americanas e britânicas, de forma sempre elogiosa e acrítica, sendo levadas apenas para os locais pré-seleccionados pelo exército.

O papel do repórter de guerra

Fazer a cobertura de guerras sempre foi uma acção muito perigosa para os jornalistas. Se tivermos em consideração as guerras no Iraque, Afeganistão e no Paquistão, foram combates com resultados escandalosamente mortíferos. De acordo com o Comité para a Protecção dos Jornalistas, 148 jornalistas e 54 outros trabalhadores na área dos media foram mortos na Segunda Guerra do Golfo, no Iraque, desde a invasão de Março de 2003. Dos 148 jornalistas, 105 foram mortos enquanto faziam a cobertura da guerra.

Desde 2001, 19 jornalistas morreram no Afeganistão, 18 dos quais enquanto faziam a cobertura do conflito, e 34 morreram no Paquistão, 7 dos quais igualmente enquanto faziam a cobertura dos acontecimentos¹. (1Comité para a Protecção dos Jornalistas: [http://www.cpj.org/killed/mideast/iraq/.](http://www.cpj.org/killed/mideast/iraq/))

De facto, reportar uma guerra nunca foi uma missão fácil devido à escala de sucessivos eventos que se seguem uns atrás dos outros e ao caos inerente à situação. Para além disso, desde que o sistema *embedded* (jornalista integrado) foi adoptado pelos EUA como forma de reportar em cenário de guerra, ou seja, repórteres na frente de combate com os militares, a reportagem em si tornou-se bastante menos objectiva. É indiscutível que através deste sistema se consegue obter mais informação e mais rigorosa, porém, muitas das vezes essa mesma informação pode acabar por chegar ao público já de forma deturpada.

De acordo com um estudo do *Pew Research Center*, sobre os jornalistas norte-americanos que combateram na Guerra do Iraque, os riscos e perigo da reportagem de guerra são muito elevados. Os jornalistas - a maioria deles correspondentes de guerra veteranos - descreveram as condições no Iraque como sendo as mais perigosas com que alguma vez se depararam, e isto acima de tudo influencia a reportagem jornalística. A maioria dos jornalistas questionados (57%) afirma que pelo menos um elemento da sua equipa no Iraque foi morto ou raptado e muitos são constantemente ameaçados. Vejamos o seguinte quadro.

Dangers in Reporting	
Local staff murdered or kidnapped in last year?	
Yes	57%
No	40
No answer	2
Verbal or physical threats to staff	
Daily or several times a week	16%
Several times a month	46
Less than once a month	30
Never	1
Can staff identify themselves as working for a news organization?	
No	87%
Yes	9
No answer	5

Figura nº 11 - Perigos na Reportagem de Guerra

Com base nos resultados de um estudo feito pelo *Pew Research Center* (2012), podemos constatar que a Síria é, actualmente, o país mais perigoso do mundo para exercer jornalismo. Já os *Repórteres Sem Fronteiras* (2014) afirmam que o ano 2013 foi marcado por uma deterioração muito forte no que diz respeito à segurança a par da complexificação do conflito armado. Mais de cento e dez actores de informação foram mortos desde Março de 2011.

Como é que a Síria se mantém no ranking entre os países mais perigosos para a prática do jornalismo desde 2000? De acordo com o *Comité para a Protecção dos Jornalistas* (CPJ), apenas dois países - Iraque e Filipinas - registaram mais mortes entre os repórteres de guerra.

Todos os anos desde 2003 - quando os EUA invadiram - até 2008, O Iraque era o país com o maior registo de jornalistas mortos. Durante este período, 136 jornalistas foram mortos enquanto faziam reportagens sobre o conflito. O ano em que os EUA entraram na guerra no Afeganistão, em 2001, fez deste país o mais perigoso para os jornalistas, com nove deles mortos em cumprimento do dever.

O maior número de mortes em apenas um ano para os jornalistas nos últimos doze anos ocorreu nas Filipinas, em 2009. No dia 23 de Novembro de 2009, 33 jornalistas que viajavam

com um candidato político foram sequestrados e mortos pelos seus rivais políticos, juntamente com, pelo menos, 20 outros jornalistas. Três anos depois, ninguém foi punido pelo massacre. Este é o ataque mais mortífero já registrado pelo CPJ, que começou a acompanhar assassinatos de jornalistas há duas décadas.

Antes do CPJ designar um jornalista como morto no cumprimento do dever, procede à investigação de cada caso para descobrir se o jornalista foi morto por causa da sua/seu trabalho, seja vítima de um acto de represália ou mortos no fogo cruzado. O método de investigação do CPJ é através de entrevistas, pesquisas e verificação com várias fontes. Se são incapazes de confirmar a causa da morte, mas no entanto têm razões para acreditar que o assassinato foi motivado contra a imprensa, então nesse caso o motivo da morte fica registado como "não confirmado".

No ano 2012, há um registo de 24 mortes "não confirmadas" de jornalistas em cumprimento de dever juntamente com 38 confirmadas. Quatro desses casos "não confirmados" foram na Síria.

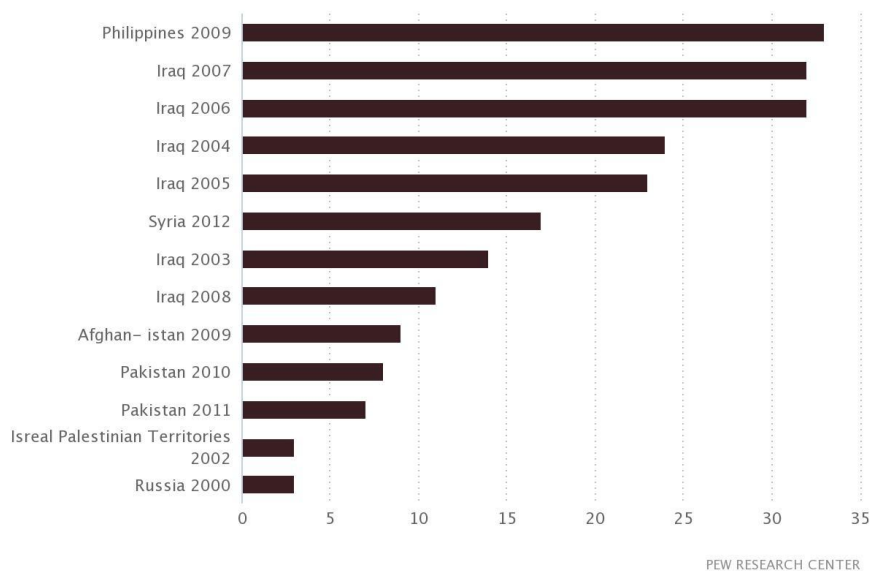


Figura nº 12 - Onde os jornalistas arriscam a vida para fazerem reportagens de guerra

Desde o início da guerra , mais de 55 informadores foram assassinados e cerca de 40 sequestrados ou detidos. Desde que o Estado Islâmico do Iraque e de Levante, grupo vinculado à Al Qaeda, apareceu em cena, informar sobre o terreno tornou-se praticamente impossível. Os jornalistas não são bem-vindos e as represálias contra estes são muitas e com consequências devastadoras. Ricardo Garcia Vilanova e Javier Espinosa, dois jornalistas do diário espanhol El Mundo, foram raptados na Síria há mais de seis meses e, só apenas no decorrer da realização deste trabalho, no início de Março de 2014, foram libertados. Até então, muito se especulava sobre o seu paradeiro, se estavam vivos ou mortos. Estes corajosos repórteres deixaram o Ocidente com garra, passaram, possivelmente, por torturas inimagináveis, sentiram medo, pensaram que provavelmente iriam morrer, e tudo isto para contar ao mundo toda a verdade que se passava na Síria. Estas personalidades devem ser reconhecidas pela sua coragem e dedicação para com a sociedade.

Entre Março de 2011, início da revolta síria, e Dezembro de 2013, mais de cento e dez actores de informação foram mortos enquanto representavam as suas funções, entre os quais vinte e cinco jornalistas profissionais, dos quais sete eram estrangeiros. No final de 2013, mais de vinte actores de informação sírios foram detidos pelo regime de Bashar al-Assad, dezanove jornalistas estrangeiros foram detidos, retidos como reféns ou dados como desaparecidos. Mais ainda há mais, mais de vinte actores de informação sírios foram retidos como reféns por grupos armados islamitas. (Repórteres Sem Fronteiras, 2014:33)

A 26 de Novembro de 2013, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou por consenso a primeira resolução relativa à segurança dos jornalistas e, ainda, sobre a criação do Dia internacional contra a impunidade de crimes contra jornalistas, que será celebrado no dia 2 de Novembro.

Com efeito, apontando para um paradigma mais burocrata da prática do jornalismo, é importante não esquecer a ética que todos os profissionais da comunicação social devem seguir. A ética jornalística é um exemplo de um contracto por convenção. (Rusciano, 2010:247). Os jornalistas e os editores concordam de forma voluntária na adesão a determinados padrões, incluindo a imparcialidade e o partidarismo, ou a objectividade e justiça, na investigação e reportagem de notícias. No entanto,

Os jornalistas são homens e mulheres de acção e não pensadores, como os académicos. Diferem no seu pragmatismo, pois o jornalismo é uma actividade prática, continuamente confrontada com "horas de fecho" e com o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir.

A postura epistemológica do jornalista, a prioridade que é dada à acção sobre a reflexão, explica a dificuldade que os jornalistas têm em responder a uma pergunta tão central da sua actividade profissional: o que é notícia, ou seja, quais são os critérios de noticiabilidade (já mencionados anteriormente) que utilizam no processo de produção das notícias. Segundo Nelson Traquina, os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber especializado, precisamente o saber de produzir notícias. Ser jornalista é saber não só elaborar a notícia: é também ter uma perspicácia profissional, possuir uma "perspicácia noticiosa". (2002:155)

Já Tuchman, no seu estudo sociológico sobre jornalistas (1972/1993:85), escreve que a sua capacidade parece ser um «conhecimento sagrado», que diferencia os jornalistas das outras pessoas. Ora, uma questão importante a realçar é o facto de que, apesar da ética jornalística dever ser igual para todo o tipo de jornalistas, a acção e modo de trabalho de um jornalista inserido num cenário de guerra é completamente diferente. A acção sobre a reflexão não deixa também de ser marcante, se tivermos em consideração todo o papel que o repórter de guerra tem de exercer em pleno exercício das suas funções. Clareza no pensamento, objectividade e imparcialidade no seu relato.

Em suma, desde uma aptidão inata, ao cumprimento de regras deontológicas e a uma coragem sem precedentes, o papel do repórter de guerra é, infelizmente pouco reconhecido na nossa sociedade, embora, a meu ver, toda a consideração, tempo e dedicação por parte de estudos devem ser dadas a estes profissionais que nos tentam espelhar o mundo.

**Capítulo II - *Correio da Manhã* como meio de
comunicação no panorama dos media em
Portugal**

Jornais Populares (tablóides) Vs Jornais de Qualidade

É cada vez mais comum a reclamação a propósito da cobertura das notícias, especialmente de maior acontecimentos, como guerras ou campanhas políticas, que, nos últimos anos, foram infectadas pela ética dos tablóides. Os jornais de formato tablóide são caracterizados pela falta de qualidade de conteúdos. Ora, a perspectiva comum é a de que na profissão e na indústria dos media o jornalismo de formato tablóide tornou-se tudo menos sério, responsável, e de má qualidade jornalística. Os jornais tablóides aspiram ao sensacionalismo ao mais alto nível, tornando-se demasiado simplificados e populistas. O jornalismo em formato tablóide significa pura e simplesmente mau jornalismo (Ornebring e Jonsson, 2004: 284) Os jornais tablóides perdem a sua credibilidade uma vez que os padrões que seguem são delineados por jornalistas cuja reputação é julgada.

A importância da objectividade na reportagem de notícias é muito importante. De acordo com Rusciano, existem três regras que tradicionalmente definem a objectividade no acto da reportagem. A primeira é a ausência de tendências pessoais por parte dos jornalistas na reportagem das notícias. A segunda é a existência de um conhecimento bem informado das regras sobre a colecta de informação e a respectiva obrigação de confirmar os factos como sendo verdadeiros. Por fim, a terceira regra é a de que a credibilidade de um jornalista se mede pela pertença das duas primeiras regras (2010:177).

Assim, os jornais tablóides representam uma perda de fé na objectividade, pois enfatizam o sensacionalismo de tal forma que a realidade e os factos sejam construídos ou editados para servir uma agenda pré-definida. Como resultado, a objectividade deixa de se referir ao seguimento das regras que governam a colecta de informação para passar a representar os dois lados da história, sublinhando a ideia de que existem versões verdadeiras e falsas em cada história.

Façamos, então, uma breve comparação em termos estruturais e de conteúdo entre os "jornais de qualidade" e os tablóides.

Em primeiro lugar, os "jornais de qualidade", *broadsheet* na gíria inglesa, são comumente caracterizados como jornais mais sérios, ao contrário do tablóide que explora questões mais relacionadas com o *infotainment*.

No que diz respeito à capa de ambos os jornais, os "jornais de qualidade" apresentam, normalmente, um longo título, frequentemente com longos parágrafos, poucas fotografias, sendo que as que existem são relativamente objectivas não tendo como objectivo suscitar opiniões. Estes jornais apresentam igualmente um número muito reduzido de imagens. Comparativamente com os tablóides, a capa procura sempre ser atractiva ao olhar do leitor, com grandes letras, um elevado número de fotografias, sendo que, por norma, estas são de tamanho muito amplificado (vejamos, por exemplo, o britânico *The Sun* ou o *Daily Mail*). Os tablóides são também caracterizados pela existência de um título e de um antetítulo em praticamente todas as suas peças.

No que diz respeito à sua composição, os "jornais de qualidade" são estruturados, com longas frases e imensa informação por parágrafo. Em contrapartida, os tablóides são caracterizados pelo recorrente uso a frases pequenas, um fraco sentido entre as unidades e os parágrafos são normalmente redigidos independentemente do sentido entre as unidades, sendo que estes são pequenos, com uma ou duas frases.

O estilo de linguagem e a sintaxe, estrutura das frases, é também alvo de grandes diferenças entre estes dois tipos de jornais. Os "jornais de qualidade" aportam uma linguagem séria e formal, redigindo, por vezes, uma estrutura de frases francamente complexas e com subsecções. Estes jornais contêm muitas vezes entrevistas com profissionais de diferentes áreas. Já o jornal de formato tablóide, tem muito menos subsecções, as frases são bastante mais simples, também devido ao enorme número de citações. A estrutura é simples e concisa, sendo que por vezes os termos utilizados fazem parte da gíria, bastante coloquiais. De um modo geral, são reconhecidos por um baixo padrão linguístico.

Relativamente à escolha das palavras, os "jornais de qualidade" exibem um enorme número de palavras difíceis ou mais complicadas, essencialmente termos técnicos de acordo com as temáticas escritas. A linguagem é por norma formal e neutra. Por norma, não existem registos de linguagem informal e de estilos neutros ou factuais nos "quality papers". Já os tablóides, são os mestres do "calão", da escrita coloquial e da fraca escolha e selecção de palavras. Em primeiro lugar, o mais importante é a escolha de palavras que possam atrair os interesses dos leitores. Depois, utilizam muitas palavras de sinalização, de maneira a criar mais impacto e tornar a leitura mais fácil. O estilo deste tipo de jornal é claramente emotivo e sensacionalista.

Os títulos dos "jornais de qualidade", são, por norma, compridos. O tom que nele se insere é informativo e neutral, sendo que o *lead* faz sempre parte do título. O estilo é novamente caracterizado pela formalidade e pelo facto de não existirem omissões gramáticas. O seu tamanho é considerado normal. Os tablóides apresentam títulos com omissões gramaticais, de forma a tentar tornar o título o máximo possível conciso e apelativo, com diversos elementos atractivos ao olhar, como por exemplo, aliteraões, verbos e adjectivos emotivos, letras maiúsculas e subtítulos.

Por fim, o grupo alvo destes dois jornais é indiscutivelmente distinto. Os "jornais de qualidade" atraem leitores que procuram manter-se informados sobre a actualidade, são escritos para um leitor exigente que faz parte da classe média/alta, artigos sofisticados e informativos. O apelo ou atracção destes jornais tem normalmente que ver com assuntos domésticos ou internacionais, reportagens sobre assuntos financeiros ou revisões literárias, entre outros. Já os tablóides, pecam pela contribuição para com o aprimorar da cultura intelectual, sendo escritos para um leitor bastante menos exigente que não está interessado em reportagens noticiosas muito detalhadas. Estes jornais são caracterizados pelo forte interesse em relatar aspectos pessoais da vida de celebridades, escândalos, assassínios, entre outros.

A orientação destes jornais é, sem qualquer tipo de dúvida, bastante diferente, sendo que os "jornais de qualidade" são amplamente objectivos ou possuem diversos pontos de vista, sendo também alinhados numa orientação para os problemas. Os tablóides, por sua vez, são unilaterais, focando apenas um lado da questão, e por norma, sempre o mesmo, e são claramente orientados para as pessoas e despoletar de opiniões.

Enfim, apesar da sua fraca reputação, os jornais de formato tablóide desenvolveram-se muito rapidamente e apoderaram-se do mercado dos media impressos, em larga escala. É inegável a falta de qualidade destes jornais comparativamente com os "quality papers". No entanto, não foram só estas as mudanças que vimos tomarem forma na nossa sociedade no decorrer dos anos.

Entre 1960 e 2000, a imprensa escrita sofreu transformações tanto a nível de estrutura como a nível de conteúdos. Por isso devemos considerar a publicidade como novidade e factor predominante nos jornais, nesta transformação que o tempo ditou. A maioria dos jornais tem

mais publicidade em 2000 do que em 1960, especialmente entre os “jornais de qualidade”, embora existam excepções nos jornais dos países nórdicos.

Houve um aumento da publicidade ao longo dos anos nos “jornais de qualidade”, o que significa que os jornais têm uma forte posição nas suas sociedades. Mas uma observação geral é a de que os “jornais de qualidade” com um grupo social de leitores mais amplo aparentam estar mais expostos a mudanças económicas do que os “jornais de topo”.

Efectivamente, como já foi referido anteriormente, o jornalismo, apesar de ciência informativa, é também um negócio. As receitas de todas as empresas jornalísticas provêm essencialmente das vendas e dos ganhos com a publicidade. O espaço ocupado pela publicidade intervém directamente na realização do produto jornalístico. Basicamente, os jornalistas enchem o espaço deixado em aberto pela publicidade. Voltamos aqui ao problema do sensacionalismo jornalístico, ainda mais acentuado pela lógica do mercado e da concorrência. A procura do lucro poderá levar a empresa jornalística à crescente utilização de critérios económicos, nomeadamente o recurso às técnicas de *marketing*.

Outra das características que marcam o desenvolvimento dos jornais na Europa é a existência de suplementos. O aumento do número de suplementos pode ser visto através de várias perspectivas: um suplemento semanal pode ser uma boa solução quando se quer expandir o material; o material é mais barato pois é pré-produzido e comprado a freelancers.; é uma forma eficiente de vender leitores aos anunciantes procurando um segmento especial de interesse, e, por último, um suplemento é um modo efectivo de apresentar os conteúdos exactamente como ‘leitura opcional’, facilitando a partilha do jornal de acordo com as preferências individuais.

Os jornais do século XXI têm um publico alvo muito mais definido em 2000 do que em 1960 e os grandes “jornais de qualidade” dependem incrivelmente de estruturas burocráticas enquanto que a imprensa popular é mais flexível na sua organização. Esta observação implica que os “jornais populares” sejam menos organizados, mas muito fortes a manusear o material noticioso.

Outra das mudanças marcantes é a departamentalização, ou seja, a existência de secções de variados temas/assuntos (economia, desporto, cultura e entretenimento, TV e Rádio, etc), que trazem uma melhor organização e distribuição da informação noticiosa.

Quanto ao perfil de conteúdo jornalístico no decorrer destas quatro décadas, as notícias tornaram-se muito menos gerais, também devido à departamentalização que especificou o material noticioso através das já mencionadas secções. De um modo geral, houve uma certa tendência para a “transformação” em “jornais populares”.

Com o crescente número de páginas no jornal, o número de elementos visuais acompanhando o material editorial expandiu-se entre o número de artigos. O material visual está mais ligado aos “jornais populares”, enquanto o texto está associado aos “jornais de qualidade”. Houve, portanto, um aumento de material visual no volume editorial ao longo dos anos.

No ano 2000, os “jornais populares” tinham mais notícias de perfil visualizadas comparadas com os “jornais de qualidade”. Nas quatro décadas de 1960 a 2000 o sistema jornalístico europeu manteve-se estável por um lado, mas mostrou mudanças por outro. A estabilidade refere-se à estrutura do jornal, a mudança refere-se ao conteúdo do jornal. O conteúdo mudou, no entanto, está também relacionado com o desenvolvimento estrutural da imprensa europeia.

De um modo geral e no que diz respeito aos padrões estruturais, a estrutura dos jornais da Europa reflecte a economia, a política e as tradições socioculturais dos países individuais. Por isso não é certo falarmos da imprensa europeia. A força da imprensa diária de um país individual é explicada pelas condições económicas, urbanização, educação, desenvolvimento político e níveis de emprego/desemprego.

A tendência ao longo dos anos foi para um aumento no volume dos jornais. Isso vê-se no jornal em si, mas também nas novas secções que existem e no grande aumento de suplementos. Dois importantes aspectos deste desenvolvimento foram a fragmentação de novos conteúdos, distinguindo matérias e temas e a “suplementarização”. Neste desenvolvimento pelo menos três importantes observações podem ser feitas: as notícias de perfil tanto dos “jornais de qualidade” como dos populares tornaram-se gradualmente menos acentuadas. Os leitores dão mais valor à leitura de lazer do que propriamente às notícias principais; o aumento da partilha de conteúdos

que não são novos deve-se à cultura do entretenimento e cultura popular; o volume do conteúdo aumenta especialmente quando relacionado com os suplementos, é principalmente uma leitura de fim-de-semana. Ex: muitos jornais de qualidade trazem uma revista de sábado ou domingo; o desenvolvimento da imprensa europeia resultou num perfil editorial mais popular do que antes. Para a imprensa de qualidade pressupõe menos itens políticos, no entanto mais económicos, e mais material de lazer. No entanto, a imprensa de qualidade imita o estilo de jornalismo popular, onde a imprensa popular foi mais longe em conteúdos como entretenimento, televisão e fofocas.

Em suma, a estrutura da mudança social, os novos estilos de vida e mais tempo de lazer geraram novas procuras entre os cidadãos europeus. No outro lado da moeda, como já tínhamos visto anteriormente, estamos, talvez, perante um público com muita informação, mas na realidade, pouco informado sobre assuntos de interesse da actualidade.

Correio da Manhã: a celebração da imprensa popular

O Correio da Manhã é o maior sucesso da imprensa popular portuguesa. Este jornal diário foi fundado por um grupo de jornalistas que se associavam a alguns investidores nortenhos, no entanto, o Correio da Manhã é sobretudo uma criação de Vítor Direito e Carlos Barbosa.

Com 32 páginas, formato tablóide e o nome do jornal a letras brancas inscritas num rectângulo vermelho, o Correio da Manhã introduziu em Portugal um novo estilo jornalístico: manchete escrita em letras garrafais, normalmente apoiada numa fotografia também ela grande e incidindo, frequentemente, em temas exteriores ao universo político. Os seus textos, por outro lado, são mais reduzidos que os praticados pela generalidade da imprensa nacional, para os quais chamam a atenção do leitor através dos seus títulos apelativos e fortes, aspirando ao sensacionalismo noticioso.

O primeiro número do Correio da Manhã chegou às bancas no dia 19 de Março de 1979, e, embora assumindo já que a política era uma temática secundária, estava longe de ser o jornal que mais tarde encontraria no crime e no noticiário judicial a seu principal fonte de receita. As matérias relacionadas com as 'estrelas' e a televisão já ocupavam um espaço significativo no primeiro número.

De acordo com a APCT - *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação* - o Correio da Manhã registou, no ano 2012, os seguintes valores em tiragens e circulação a nível nacional:

1º Biénio: Tiragens - **160.161**; Circulação - **123.079**

2º Biénio: Tiragens - **155.002** ; Circulação - **120.872**

3º Biénio: Tiragens - **157.658** ; Circulação - **123.082**

4º Biénio: Tiragens - **174.934**; Circulação - **134.441**

5º Biénio: Tiragens - **166.840**; Circulação - **124.994**

6º Biénio: Tiragens - **154.510** ; Circulação - **116.922**

Correio da Manhã | Jornal Diário
2012

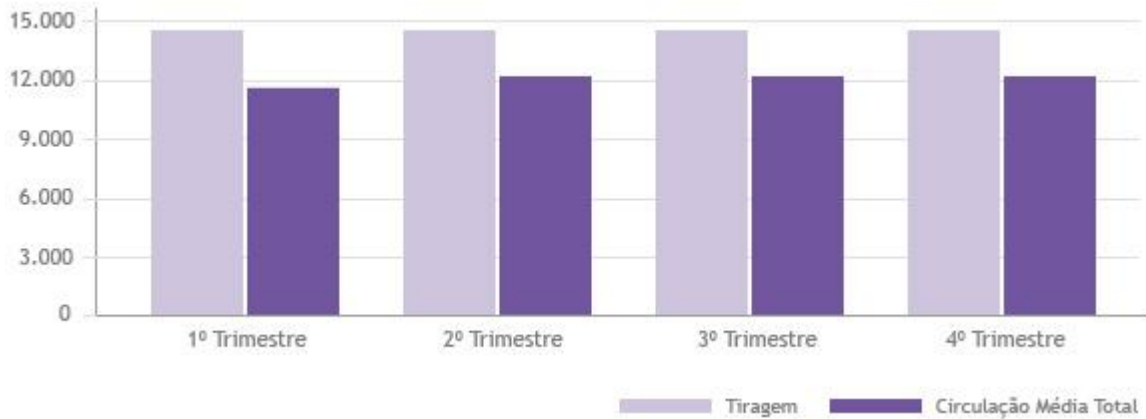


Gráfico nº 1 - Tiragens e Circulação do Correio da Manhã em 2012

Correio da Manhã | Jornal Diário
2013

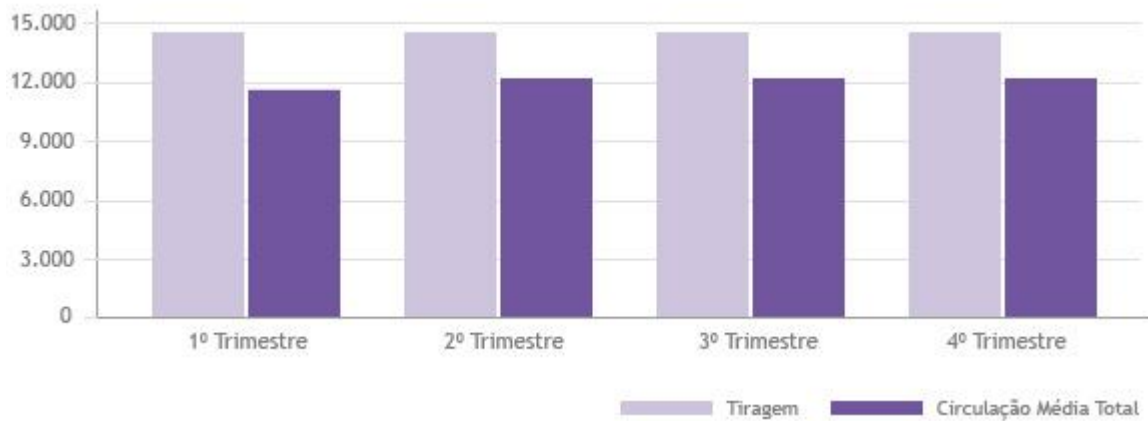


Gráfico nº 2 - Tiragens e Circulação do Correio da Manhã em 2013

1º Biénio: Tiragens - **157.627**; Circulação - **118.723**

2º Biénio: Tiragens -**155.186** ; Circulação - **117.010**

3º Biénio: Tiragens - **151.779**; Circulação - **114.750**

4º Biénio: Tiragens - **167.948**; Circulação - **126.239**

5º Biénio: Tiragens - **156.425**; Circulação - **116.821**

6º Biénio: Tiragens - **153.830**; Circulação - **117.215**

Como podemos verificar de acordo com o gráfico, o Correio da Manhã teve uma ligeira descida de valores no que diz respeito à tiragem e circulação, entre o ano 2012 e 2013. No entanto, atendendo à crise dos media impressos, e comparativamente com outros jornais como o Público, o Jornal de Notícias ou até mesmo o Expresso, o Correio da Manhã continua a dominar a liderança de vendas a nível nacional.

Muito se fala do fim da imprensa escrita devido aos inúmeros factores que, actualmente, ameaçam a existência da mesma. No entanto, é importante fazer uma distinção entre fim da imprensa escrita e fim do jornalismo. No século XVII, existia o chamado pregoeiro, que andava de porta em porta a anunciar as notícias. Era sem dúvida uma forma de jornalismo que hoje em dia já não existe. Porém, é inegável o facto de que a imprensa escrita atravessa tempos de crise. No entanto, como todos os factores que ameaçam a imprensa escrita, em parte, baseiam-se naquilo que ela produz, é uma incógnita conhecer onde vão estes novos actores de informação buscar a sua matéria-prima. Haverá sempre uma necessidade constante de notícias. Agora, resta saber em que formato.

Modo de Organização do Correio da Manhã

O Correio da Manhã, como qualquer jornal diário, é composto por cinco departamentos: redacção, publicidade, administração, circulação e oficina.

O departamento em que se concentra a equipa que edita o jornal e à qual compete a colheita, redacção e registro fotográfico das notícias, reportagens e comentários é chamado redacção e divide-se em secções ou editorias: secretaria, diagramação, reportagem geral, polícia, política nacional, internacional, economia, desporto, ciência, cultura e lazer (cinema, teatro, arte, música, televisão, passatempos etc.), fotografia, pesquisa e arquivo. A secção onde fizemos o estágio foi a Internacional/Mundo.

O chefe de redacção tem como função fazer executar a linha redaccional e política determinada pela direção da empresa, além de coordenar e supervisionar todos os sectores.

Ao secretário compete também a selecção, preparação e distribuição das matérias (dentro da imprensa, tudo o que é publicado no jornal, excepto os anúncios) num modelo de página, ou espelho. Nesse trabalho, é auxiliado pelos editores, redactores e diagramadores (ou paginadores). Com a tendência da imprensa moderna de descentralizar os seus comandos, essa estrutura tradicional tem sofrido muitas modificações: nas grandes empresas, onde a divisão de trabalho é mais racionalizada, os editores agem como secretários e chefes de reportagem dentro das suas próprias secções, que contam com redactores e repórteres especializados. É o caso do Correio da Manhã, onde quem define e decide quais as notícias a serem escolhidas para cada espaço da página é o editor. Por vezes o redactor-chefe dá o seu parecer e informa para alterações de última hora, mas na secção do Mundo essa situação é muito pouco frequente, sendo mais comum de acontecer na secção de Política/Economia e Sociedade.

Os redactores escrevem os títulos, subtítulos, entretítulos e legendas, bem como corrigem, reescrevem ou condensam as matérias feitas pelos repórteres. Os diagramadores projetam graficamente o jornal em elaboração, enquanto o chefe de reportagem programa e orienta a cobertura dos acontecimentos, avaliando sua importância e orientando os repórteres sobre a forma de tratá-los.

Os computadores e as telecomunicações transformaram o processo de produção dos

jornais. Numa redacção moderna, cada jornalista tem o seu computador ligado a uma rede. A tela pode mostrar um artigo ou, no caso do editor, a página que está sendo fechada. Ao escrever a matéria, o jornalista pode consultar informações armazenadas no computador, como outras matérias escritas sobre o mesmo tema. Concluída a redacção, o texto é enviado ao computador principal para a posterior inserção na matriz que será usada para a impressão.

Como já referido anteriormente, a indústria do jornal obtém a sua principal fonte de receita através do espaço para os publicistas, uma vez que a venda dos exemplares não cobre o seu custo. A excepção está em alguns jornais de pequenos anúncios classificados (na sua maioria gratuitos), que cobram mais caro pelo exemplar avulso. O departamento de publicidade é, assim, o responsável pelas grandes receitas da indústria jornalística e para ele convergem os anúncios pagos encaminhados pelas agências de publicidade. Esse departamento pode determinar, indirectamente, o número de páginas de cada edição, em função da centimetragem reservada às mensagens publicitárias.

O administrador ou gerente do jornal ocupa-se da contabilidade e dos aspectos económico-financeiros da empresa: pagamento de pessoal, compra de matérias-primas e equipamentos, contracto de impressão etc. Trata também, muitas vezes, da supervisão do serviço de venda e assinaturas.

No departamento mecânico dos jornais, a oficina, a matéria-prima é transformada em produto pronto para a distribuição. Com a transmissão eletrónica de páginas inteiras de jornal entre locais distantes, a rotativa não precisa estar localizada junto à redacção, o que permite a impressão do jornal em cidades ou até em continentes diferentes.

Parte II

Capítulo III – Análise do conflito na Síria no Correio da Manhã

Metodologia: análise de conteúdo sobre o caso da Síria no Correio da Manhã

Neste Relatório de Mestrado, o método utilizado para estudar o fenómeno em causa - *a guerra civil na Síria com base no Correio da Manhã* - é a análise de conteúdo. Em primeiro lugar, definimos a questão de partida, já mencionada na Introdução deste trabalho, *Como é que um jornal tablóide faz a cobertura de um conflito bélico?*, que nos permitiu seguir um fio condutor lógico e coerente. Após a definição da pergunta de partida, procedemos à exploração do tema, através de leituras e pesquisa científica sobre conteúdos relacionados com a cobertura jornalística e o jornalismo de guerra. Após o processo de recolha de informação, passámos à parte da construção. Aqui, estabelecemos o período temporal da análise, sendo este entre 1 de Janeiro e 31 de Março de 2012 e analisámos 52 peças noticiosas.

A análise de conteúdo é uma metodologia para as ciências sociais, como o nome indica, para estudos de conteúdo em comunicação e textos, que faz parte de uma perspectiva quantitativa, analisando numericamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências em determinado texto. Na área da Comunicação Social, é frequentemente usada como contraponto à análise do discurso, eminentemente qualitativa.

Este método de análise incide sobre várias mensagens, desde obras literárias, até entrevistas, se o investigador assim o desejar ou achar útil para a sua análise. O investigador tenta construir um conhecimento analisando o “discurso”, a disposição e os termos utilizados pelo locutor. Deste modo, necessita assim de utilizar métodos de análise de conteúdo que impliquem a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, não se devendo preocupar apenas com aspectos formais, estes servem somente de indicadores de actividade cognitiva do locutor.

Enquanto trabalhamos na realização de uma análise de conteúdo, devemos ter em atenção factores como: fontes e origens das peças, géneros jornalísticos, enquadramento e contextualização, impacto nacional e internacional, entre outros. Porém, cada análise é distinta, e para diferentes casos, diferentes focos interpretativos, diferentes orientações a seguir na análise.

No que diz respeito aos géneros jornalísticos, foram considerados para a análise deste trabalho: a reportagem, a notícia, a fotolegenda, opinião, entrevista e a breve.

A análise de conteúdo, na sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar o seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Por isso, um texto contém muitos significados e, conforme colocam Olabuenaga e Ispizúa (1989:185):

- (a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo;
- (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor;
- (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes;
- (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Além disto é importante salientar que será sempre possível investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas, conforme expressa Krippendorf (1990:30):

Em qualquer mensagem escrita, simultaneamente, podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também podem formular-se interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas.

No entanto, a análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise de comunicações, sofreu remodelações desde os primeiros preceitos da Análise de Conteúdo Clássica, de acordo com Krippendorf, até aos dias actuais, com uma análise mais contemporânea, já de acordo com preceitos metodológicos influenciados pelo uso do computador.

Na obra de Bardin, *Análise de Conteúdo*, observamos que existem factores primordiais que acabam por afectar a investigação e a prática da análise de conteúdo. O primeiro é a recusa do computador, o segundo, o interesse pelos estudos inerentes à comunicação visual. O

terceiro ponto é a inviabilidade da precisão dos trabalhos linguísticos. Deste modo, após meados dos anos 70, momento histórico importante do desenvolvimento e proliferação dos computadores pessoais, a autora aumenta afirma ter aumentado a esperança nas possibilidades informáticas. Para Bardin, a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens. (Bardin, 1979:18)

O grande avanço dos estudos do jornalismo na década de 70 está relacionado diretamente com as inovações metodológicas, que contribuíram, de forma decisiva, para a riqueza da investigação. A metodologia tradicional da análise de conteúdo permaneceu como uma das abordagens constantes das pesquisas jornalísticas, mas deixou de ter um monopólio na análise dos textos, com a crescente utilização da análise do discurso como metodologia, em particular, a partir dos anos 80.

Van Dijk (1996) explica que a análise de discurso é uma disciplina interdisciplinar, que se interessa pela análise dos diferentes contextos do discurso, isto é, pelos processos cognitivos da produção e recepção e pelas dimensões socioculturais do uso da linguagem e da comunicação. A análise de discurso é também importante quando estamos a trabalhar com base numa análise de conteúdo, pois uma palavra diferente, uma expressão, enfim, a semântica pode revelar muito daquilo que se pretende ou não revelar.

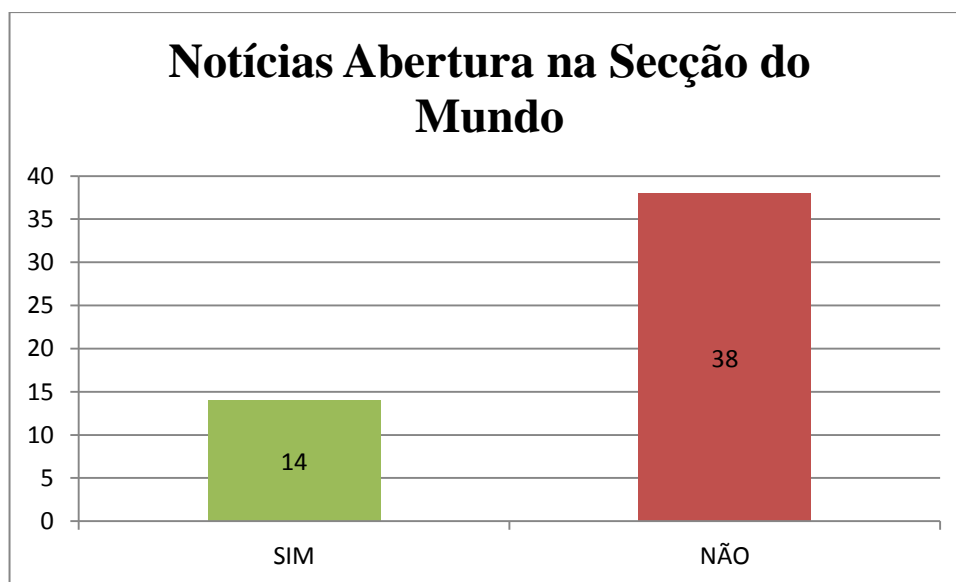
Apesar de admitir uma integração da sua concepção com uma análise sociológica da notícia, ele considera que os estudos do jornalismo a partir de uma análise social seguem bastante superficiais, além de considerar que as análises resultam um pouco impressionistas, relatando mais histórias em vez de analisá-las: "podemos denominá-las de relatos observacionais das notícias" (Van Dijk, 1996:21).

Deste modo, como referido anteriormente, foi delineada uma estratégia de análise, onde analisámos notícias em que o caso da Síria foi abordado, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2013, com base no jornal diário Correio da Manhã. Procurámos escolher uma fase em que o este jornal popular enfatizasse a guerra, dando-lhe mais lugares de destaque na primeira página da secção de Internacional.

Análise de Conteúdo do conflito na Síria no Correio da Manhã

Nesta análise estão em causa 52 peças noticiosas compreendidas num período de tempo de três meses seguidos, desde o dia 1 de Janeiro de 2012 até ao dia 31 de Março de 2012.

Gráfico n.º 1 - Notícias cujo conflito faz parte da abertura da secção do Mundo



No gráfico n.º 1, como podemos verificar que o número de notícias que aparece na página de abertura da secção Internacional é muito reduzido. Entre as 52 notícias analisadas, apenas 14 surgem como abertura de secção, enquanto 38 notícias fazem parte de tudo o resto. Evidentemente, que esta amostra é muito reduzida de maneira a podermos extrapolar de forma precisa, porém, se tivermos em consideração todo o tempo do nosso estágio no Correio na Manhã, 4 meses, é seguro afirmar que o caso da Síria teve apenas um/dois meses de destaque como página de abertura na secção do Mundo.

Se tivermos em consideração o número de vezes que o caso da Síria surgiu na capa do jornal, então estamos perante um número reduzido ou mesmo nulo. O decorrer de uma guerra, onde Portugal não tem qualquer tipo de intervenção, acaba por ser um tema com reduzido valor ou interesse para o público português, de um modo geral, motivo pela qual a sua presença na

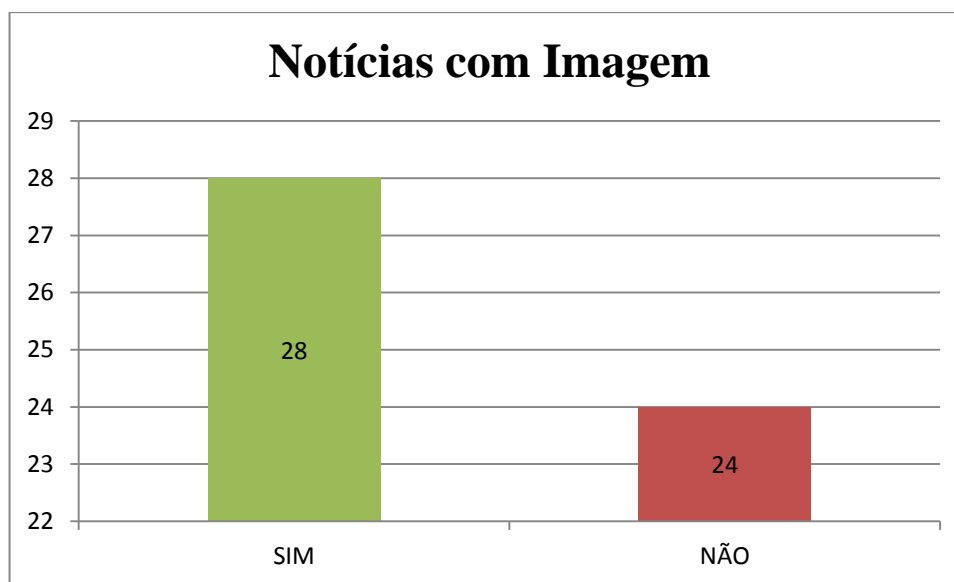
capa de jornal é inexistente. Se estivéssemos perante um atentado terrorista - no Ocidente - todos os jornais, fossem eles de formato tablóide ou jornais de qualidade, iriam imediatamente apresentar esse acontecimento como primeira capa de jornal. Relembremos a capa do Correio da Manhã no dia 12/9/2001.



Imagem nº1 - Capa do Correio da Manhã - 12/9/2001

Ora, aberturas específicas na secção de Internacional com a temática sobre a guerra civil na síria já é uma prática mais comum e recorrente, especialmente se estivermos perto de uma fase em que o caso está a ter destaque a nível internacional, seja pela repressão interna, seja pela condenação ocidental.

Gráfico n° 2 - Notícias com imagem



Através do gráfico n° 2 podemos verificar que o número de notícias com e sem imagem é muito próximo um do outro, sendo as notícias com imagem analisadas 28, e as notícias sem imagem 24. Atendendo ao facto de que estamos a analisar um jornal de formato tablóide, não é de facto surpresa o facto de as imagens serem predominantes.

Com efeito, desde a primeira Guerra do Golfo, em 1991, todos nós testemunhámos não apenas um impressionante uso de armamento militar, mas também o uso de palavras e sobretudo de imagens, como armas de guerra, e, os media, em peso, tornaram-se parte integral nos tempos de guerra modernos. Quando mensagens fotográficas são utilizadas em larga escala como ícone visual que determina uma guerra, chega-se à conclusão de que as novas imagens visuais podem ter uma influência enorme na forma como modelam a opinião pública em tempos de guerra.

Efectivamente, os recentes conflitos militares que decorreram (e decorrem) no Médio Oriente, ofereceram uma oportunidade única de examinar a forma como as mensagens visuais foram apresentadas como guia interpretativo de assuntos externos. Exemplos disso são a famosa fotografia da mulher afegã na Associated Press, antes e depois da queda do regime Talibã, a queda da estátua de Saddam Hussein em Bagdad, tanto na imprensa nacional como internacional, e, as variadíssimas formas como foram interpretadas e enquadradas as notícias relativas aos atentados de 11 de Setembro, entre a imprensa mundial de idioma inglês e árabe.

É inegável assumir que as imagens escolhidas e veiculadas pelos media influenciam a opinião pública. No entanto, há que ter em consideração o facto de que a relação da escolha de notícias, e sua respectiva perspectiva, coincide com interesses nacionais. A política externa está, de um modo geral, muito próxima dos interesses nacionais e/ou segurança de cada país, este é um dos grandes motivos pela qual a política externa desempenha um papel crucial para os media quando falamos de reportagem de notícias internacionais.

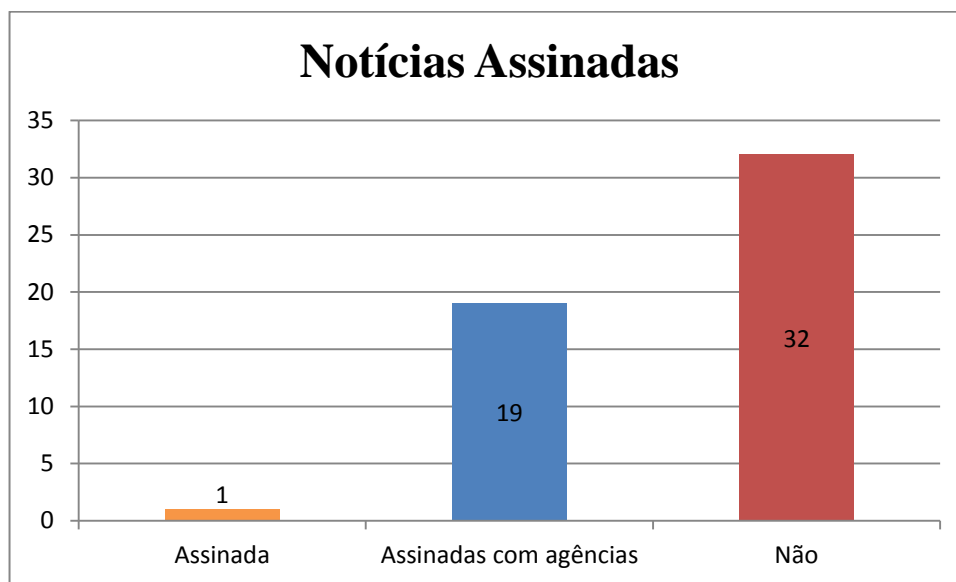
Embora em Portugal não possamos muito argumentar nesta premissa em termos de notícias internacionais, pois o nosso país tem um reduzido impacto internacional comparado com as grandes potências, é possível afirmar que em notícias de cariz nacional e político, também acontece.

As representações dos media acerca de reportagens de guerra são de grande interesse para os estudiosos desta matéria. As imagens associadas com o conflito no seu expoente máximo, retratando a morte e más condições de vida, tendem a intensificar a atenção do público bem como influenciam potencialmente a opinião pública. (Griffin, 2010:7) As imagens de guerra são também um reflexo das perspectivas culturais e reproduz tradições de uma representação cultural.

A natureza da reportagem de guerra e da realização de imagens sobre a mesma revelam muito acerca da influência política e da autoridade social na representação dos media: a natureza das relações entre o governo e a imprensa, o papel do consenso político, dissidência no organizar do agendamento dos media, a filtragem e fixação de imagens como evidência histórica e o estabelecimento social dos ícones culturais fotográficos. As imagens de guerra não aparecem de forma espontânea e aleatória para a apreciação do público, nem são apenas o resultado das experiências profissionais dos fotojornalistas em cenários de guerra. A guerra é uma empresa de alto risco, as percepções públicas e o apoio público nunca são fruto do acaso. (Griffin, 2010:8)

As imagens de guerra têm um inegável poder de atração perante o público. A atenção prestada a novas imagens e vídeos de guerra, a reprodução e venda de grandes quantidades de livros sobre guerra, a longa popularidade dos filmes cujo género retrata a guerra, o sucesso dos canais por cabo com exclusividade para documentários de guerra e mesmo a popular contemporânea corrida aos jogos de computador com a temática da guerra, confirmam a grande difusão de uma fascinação do público para com retratações de cenários de guerra.

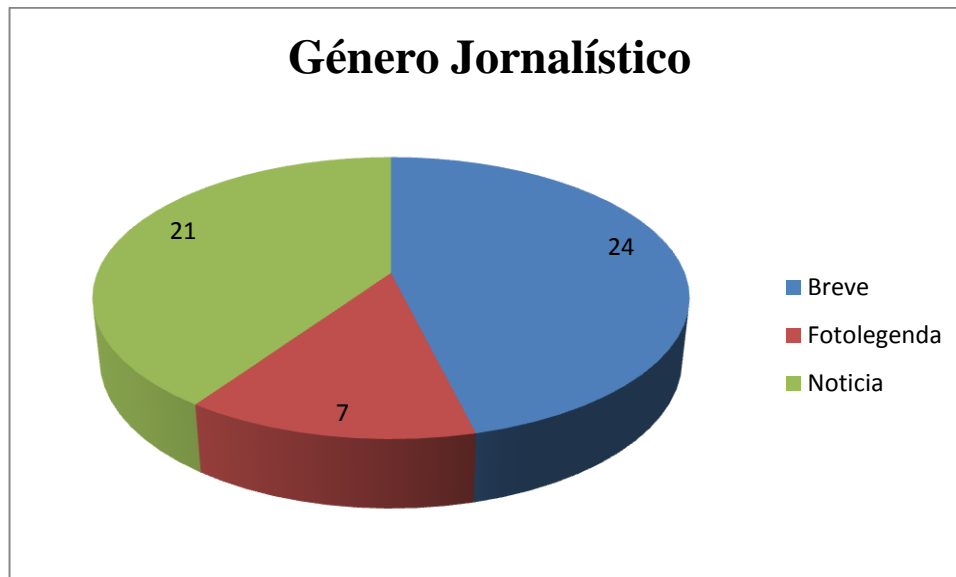
Gráfico n° 3 - Notícias assinadas, assinadas com agência ou não assinadas



O gráfico n° 3 apresenta-nos a origem das notícias. Ora, de entre as 52 notícias, apenas uma foi assinada, tendo esta sido num artigo de opinião. Trinta e duas das notícias analisadas não foram assinadas, sendo estas as chamadas "breves". Das restantes, 19, foram todas assinadas com agências, o que significa que a base da notícia provém de uma outra fonte. Evidentemente não estamos perante uma situação de plágio, mas sim de uma transformação da notícia, mantendo o conteúdo e a mensagem final. A fonte mais recorrida pelo Correio da Manhã para as notícias referentes à Guerra Civil na Síria foi/é o espanhol El Mundo e o El País. No entanto, muitas outras fontes são investigadas para a elaboração e redação da notícia, como por exemplo a Lusa e a Reuters.

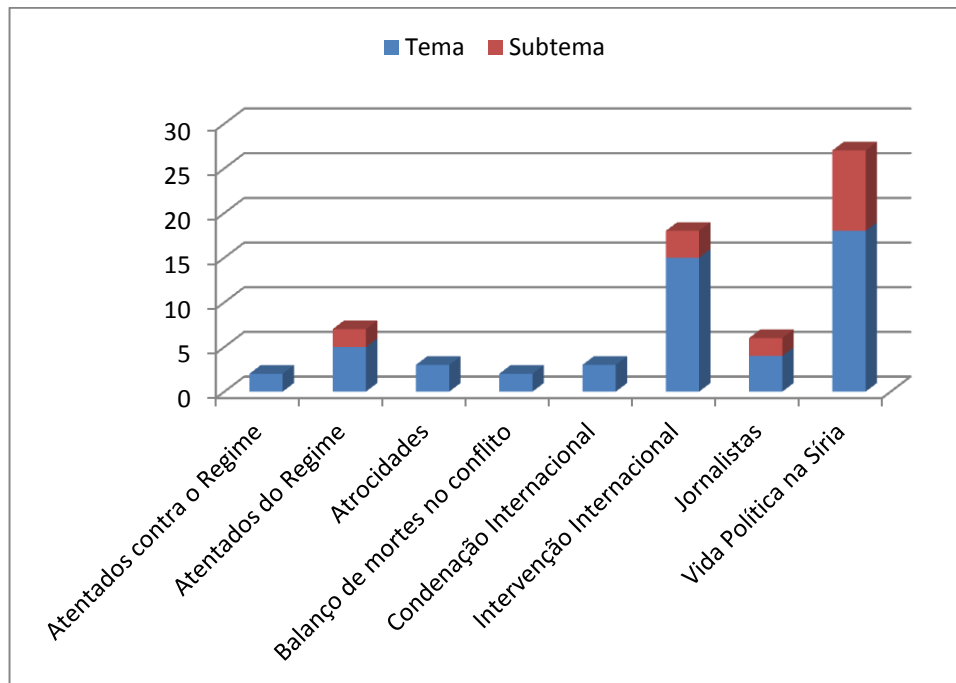
Neste ponto, não deixa de ser interessante mencionar a fragilidade das secções do Mundo em muitas das redações dos jornais portugueses. Em alguns jornais, existem correspondentes em determinados países, o que enriquece a produção jornalística, mas quando isso não acontece, o jornal limita-se a reescrever o que outros jornais escreveram, o sentimento de distância para com o centro dos acontecimentos é muito grande. No caso do jornal Correio da Manhã existe apenas um correspondente internacional que está situado no Brasil.

Gráfico n° 4 - Género jornalístico das peças noticiosas



O gráfico n° 4 ilustra-nos a representação das notícias em termos de género jornalístico. Deste modo, como já tinha sido referido anteriormente, para esta análise foram considerados seis tipos de géneros jornalísticos: a reportagem, a notícia, a fotolegenda, artigos de opinião, entrevista, e por fim, as breves. Como podemos verificar, dentro das 52 notícias analisadas, 24 representam as breves, 21 representam notícias, e apenas 7 representam fotolegendas. Como fazer a distinção destes três distintos géneros jornalísticos? Ora, a breve, tal como indica o nome, é uma notícia de tamanho muito reduzido, com cerca de 2 ou 3 linhas (dependendo do espaço onde esta seja inserida aquando da sua redacção), a fotolegenda, acaba por ser em parte uma breve, pois o seu conteúdo é também muito reduzido, mas a presença da fotografia a acompanhar o texto transforma o todo numa fotolegenda. Por fim, a notícia, é todo e qualquer texto com cariz informativo cujo conteúdo revela algo de novo. A grande vantagem da notícia, é que esta pode vir acompanhada de uma imagem se que tenha o estatuto de fotolegenda, e, em termos de escrita, o redactor tem mais liberdade, pois existe mais espaço para a sua escrita.

Gráfico nº 5 - Tema e Subtema das peças noticiosas



O gráfico nº 5 ilustra-nos os temas e subtemas que foram abordados nas diferentes 52 notícias analisadas. É importante mencionar que nem todas as notícias têm um subtema, pois se pegarmos no caso das breves, é muito difícil, ou mesmo impossível, existir espaço para um subtema subjacente a uma breve.

Deste modo, o destaque vai claramente para a "Vida Política na Síria", tanto em termos de tema como de subtema. A "Intervenção Internacional" posiciona-se no segundo lugar dos temas mais escolhidos no Correio da Manhã. Em quarto lugar de relevância estão os "Atentados ao Regime", seguidos de "Jornalistas". A "Condenação Internacional" e as "Atrocidades" têm ligeiramente o mesmo destaque, e, por fim, o "Balanço de mortes no conflito" e os "Atentados contra o Regime" foram os menos referidos pelo jornal.

Por exemplo, no dia 7 de Janeiro de 2012, a página de abertura do Correio da Manhã na secção Internacional reportava precisamente à questão do conflito sírio. *Dezenas morrem em novo atentado* foi o título escolhido pelo jornalista encarregue desta notícia. Sugestivo ou não, interessa analisar o enquadramento da notícia. Porém, é de salientar o facto de que, naturalmente, a origem desta notícia bem como de todas as outras peças noticiosas em análise não são da autoria do próprio Correio da Manhã. Quero com isto dizer que, ao contrário da secção de

Sociedade ou Política e Economia, por exemplo, a grande maioria das notícias são fabricadas em primeira mão pelo próprio jornal (mais propriamente pelos jornalistas que formam o jornal), porém, na secção Internacional, é muito difícil obter notícias em primeira mão, sendo que a grande maioria destas peças advém de jornais espanhóis, britânicos, franceses e norte-americanos, na sua grande maioria, como já foi referido anteriormente. Para deixar um ponto de referência, durante os quatro meses de estágio, tive apenas um serviço como jornalista estagiária na secção Internacional, quando houve uma manifestação pró-Palestina, em Lisboa, à porta da embaixada de Israel.

Em baixo podemos ler uma parte da notícia do dia 7 de Janeiro de 2012:

"Independência em 1941. Ocupada por persas, gregos, romanos, árabes e otomanos, esteve sob tutela da França de 1918 a 1941. A independência trouxe muitos golpes militares. 10% de cristãos, 12% alauitas e 3% druzos apoiam Assad contra 74% de sunitas."

Efectivamente, qualquer bom leitor aprecia e deleita-se com pequenos detalhes que lhes abram mais horizontes e lhes tragam mais conhecimento sobre a matéria em causa. Não obstante os pequenos pormenores, é de salientar um literal pormenor, em que o jornal escreve "O atentado, o segundo na capital síria em apenas duas semanas, aconteceu um dia depois de o Exército de Libertação Sírio (constituído na sua grande maioria por militares que desertaram das forças regulares) "(7/12/2012)

Observando toda a página com novos olhos, estamos perante uma clara guerra civil, demonstrada através das diferentes facções que a peça incorpora. Por exemplo, o antetítulo desta notícia expressa: *Um dia após ameaça das forças rebeldes ao Presidente Al-Assad*; o título, repito, "*Dezenas morrem em novo atentado*", a facção das forças de oposição. E, no "*Saiba Mais*" os pormenores para o leitor, onde, de uma forma lógica se compreende o motivo (embora muito linear) que as forças de oposição combatem. "Muda lei para presidir. Quando Assad morreu, em 2000, o filho baixou a idade mínima de 40 para 34 anos para se eleger presidente."

Outro ponto interessante de analisar, é a forma como o jornal verbaliza a questão da oposição. *Forças rebeldes*. Porquê rebeldes? É verdade que esta expressão já se tornou quase parte do senso-comum para referir a oposição de qualquer conflito civil. Em jornais, revistas e até na televisão. A palavra rebelde pode ter diversos significados, como por exemplo:

1. Propenso à rebelião, que recusa obedecer à autoridade legítima.

2. Insensível, obstinado.
3. Bravo, indomesticável.
4. Difícil de curar, que resiste aos mais enérgicos remédios.
5. Árido, escabroso, difícil.
6. Refractário, que resiste ao fogo.
7. Pessoa insurgente, revolucionária.
8. Desertor.

"**rebeldes**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/rebeldes> [consultado em 27-11-2013].

Ora, se olharmos para trás, desde o início do conflito até aos dias de hoje (em que a situação agrava-se de dia para dia), de imediato vemos que a revolta inicial foi marcada pelo povo, os chamados "rebeldes", já que muitos deles são apenas jovens que deixaram as suas casas para se juntarem à oposição. Mas rebeldes porquê? "*Propenso à rebelião, que recusa obedecer à autoridade legítima.*" Ora cá está. Todos sabemos que a dinastia dos Assad foi tudo menos legítima. O povo saiu à rua, embalado, com esperança na Primavera Árabe.

7 de Fevereiro de 2012, "Matança em Homs"

Relativamente à questão do tema da "Condenação Internacional", de que forma, nós, no Ocidente, nos podemos opor aos massacres na Síria? Depois da carnificina em Homs, relatada pela imprensa internacional, o mundo ficou impressionado. Mas ninguém agiu. Muitos perguntaram pela ONU, onde estão as consagradas Nações Unidas quando os cidadãos mais precisam delas? Já nesta altura as vítimas iam em cinco mil...

Perante tamanha calamidade, a comunidade internacional tentou reagir através de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que exigia o fim imediato da onda de violência. Porém, essa tentativa não andou para a frente devido ao veto da Rússia e da China. Assistimos aqui a duas claras posições da comunidade internacional perante o confronto sírio. De um lado, encontram-se os defensores de uma intervenção internacional, (direito adquirido em 2005 pela

Assembleia Geral das Nações Unidas através do princípio “Responsabilidade de Proteger”. Este princípio possibilitou a comunidade internacional de intervir noutro país, caso o governo desse mesmo estado cometa crimes de Humanidade), por outro lado encontram-se os aliados do regime de Assad, que alegam o facto de a Síria não ser a Líbia.

Ora, é importante atender ao enquadramento não apenas internacional, mas também à conjuntura nacional de cada Estado que se propõem a intervir ou não no conflito. De facto, em anos de eleições, com as economias nacionais fragilizadas, os dirigentes dos EUA e da França, naturalmente, não conferiram a disponibilidade e orçamento à política externa que o fariam, talvez, noutras circunstâncias. Porém, nesta mesma época, assistimos à Rússia como a maior defensora dos interesses do regime sírio. Os motivos? Possivelmente questões geoestratégicas, uma vez que os russos possuem uma base militar naval fora do antigo espaço soviético, mais precisamente em Tartous, cidade costeira na Síria.

10 de Fevereiro de 2012, "EUA estudam intervenção militar"

Relativamente à temática da "Intervenção Internacional", todos sabemos, hoje, que esta intervenção nunca aconteceu. Em Fevereiro de 2012, se os EUA estudavam uma intervenção militar, não passava de pura propaganda política. O que é facto é que apenas em 2013, após o intolerável ataque com armas químicas, em Ghuta, na zona leste de Damasco, a 21 de Agosto, que chegou efectivamente a ser comprovado, é que os EUA ponderaram uma intervenção militar. E mesmo quanto a este facto, mantenho as minhas dúvidas. De acordo com a imprensa internacional, a França e a Turquia pressionaram para que uma intervenção militar fosse levada a cabo. A Grã-Bretanha não excluiu essa hipótese. O grande problema sempre se prendeu e continua a prender com a posição da Rússia e da China, que com a sua oposição não deixariam a intervenção “passar” no Conselho de Segurança. Enquanto isso, o governo sírio vai queimando tempo com o intuito de degradar todas as provas físicas das armas químicas deixadas em campo de batalha. Em zona de combate activa não é difícil.

Já o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Laurent Fabius, proclamou a extrema necessidade de uma reacção ao presumível ataque com armas químicas do governo sírio. No entanto, o ministro francês coloca de parte a hipótese de uma intervenção militar. Hoje, em Junho de 2014, praticamente um ano depois dos ataques químicos na Síria e de todo o

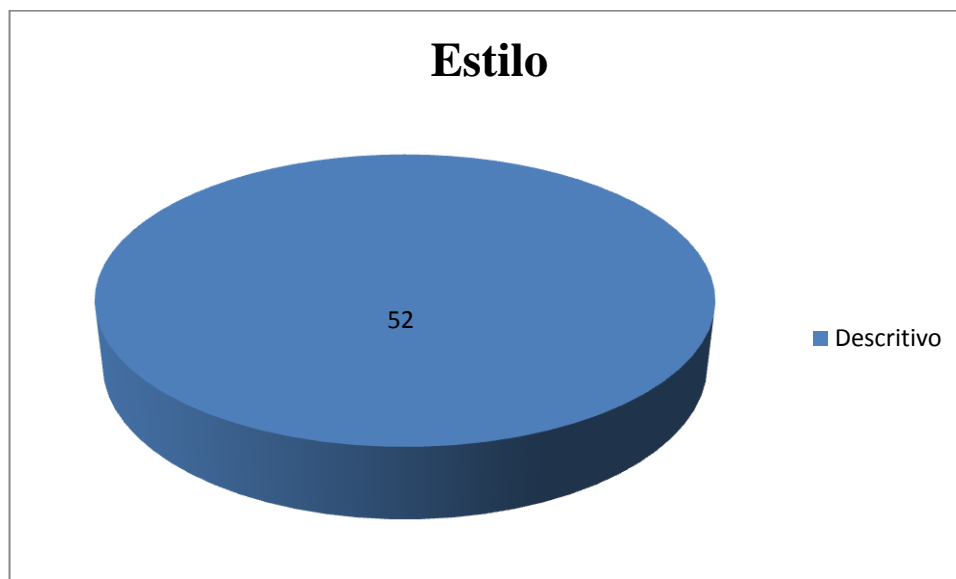
reboiço internacional a favor de uma intervenção, o tema saiu das agendas nacionais dos media e naturalmente, políticas. Já Assad, este voltou a eleger-se Presidente sírio, no meio de terror e carnificina.

23 de Fevereiro de 2012, "Ataque a Homs mata jornalistas"

Relativamente ao tema "Jornalistas", a 22 de Fevereiro de 2012, a repórter de guerra do *Sunday Times*, Marie Colvin, e o fotógrafo francês, Remi Ochlik, foram mortos em Homs, na Síria. Já a 11 de Janeiro, o operador de câmara da France 2, Gilles Jacquier, foi encontrado morto na mesma cidade. As suspeitas de que o regime de Assad atacou os jornalistas para os dissuadir de cobrir a repressão da revolta ainda hoje se mantêm.

Um ponto interessante a salientar, é o facto de a imprensa ocidental dar um destaque muito grande aquando da morte de jornalistas norte-americanos, franceses, ingleses, enquanto que muitos outros que morreram nunca foram mencionados sendo praticamente incógnitos neste cenário tão violento onde acabaram por perder as suas vidas. Para os conhecer e honrar, é preciso investigar o Comité para a Protecção de Jornalistas.

Gráfico nº 6 - Estilo das peças noticiosas



O gráfico nº 6 diz respeito ao estilo da notícia. Como podemos verificar, das 52 notícias analisadas, todas correspondem ao mesmo tipo de estilo: descritivo. No entanto, em causa estavam três tipos de estilo diferentes: o descritivo ou neutro; o explicativo ou contextualizador, e, por fim, o crítico ou questionador.

O texto descritivo por excelência consiste numa percepção sensorial, representada pelos cinco sentidos (visão, tato, paladar, olfacto e audição) no intuito de relatar as impressões capturadas com base numa pessoa, objecto, animal, lugar ou mesmo um determinado acontecimento do quotidiano.

É como se fosse uma fotografia traduzida por meio de palavras, sendo que estas são “ornamentadas” com riquíssimos detalhes, de modo a propiciar a criação de uma imagem do objecto descrito na mente do leitor.

A descrição pode ser retratada apoiando-se sob dois pontos de vista: o objectivo e o subjectivo. Na descrição objectiva, como literalmente ela traduz, o principal objectivo é relatar as características do “objecto” de modo preciso, isentando-se de comentários pessoais ou atribuições de quaisquer termos que possibilitem a múltiplas interpretações. A subjectiva perfaz-se de uma linguagem mais pessoal, na qual são permitidas opiniões, expressão de sentimentos e emoções e o emprego de construções livres em que revelem um “toque” de individualismo por parte de quem a descreve.

Deste modo, passo a explicar os diferentes tipos de estilos noticiosos. De certa forma, o estilo está relacionado com a narrativa da notícia, bem como um registo específico. Ao afirmar que a totalidade das notícias analisadas correspondem ao estilo descritivo, quer isto dizer que o Correio da Manhã não tomou qualquer tipo de posição relativamente ao conflito, limitando-se a retratar, de forma descritiva e detalhada, os acontecimentos passados na guerra síria. É importante aqui, ter em atenção, novamente, o facto de que a grande maioria das notícias são provenientes de outros jornais ocidentais internacionais, ou de agências noticiosas.

Com efeito, o estilo explicativo juntamente com o estilo crítico, enquadra-se melhor no género jornalístico da crónica ou na opinião. Em primeiro lugar, porque se tivermos em consideração todas as condicionantes de um jornal e respectivo código deontológico, o jornalista

deve ser objectivo e imparcial, dando-lhe pouca margem de manobra para exprimir a sua opinião aquando do momento da redacção das suas notícias.

Porém, tal como o nome indica, o estilo explicativo tende a explicar ou contextualizar os acontecimentos sucedidos, enquanto que o estilo crítico abre as portas ao jornalista a todo e qualquer ponto de divergência que exista entre o produto original, os acontecimentos, e a matéria-prima, a notícia. Ora, um jornalista com uma crónica fixa, semanal, mensal, ou até mesmo aleatória no tempo, pode e deve dizer-lhe tudo o que vai na alma. O tom deve ser crítico e em jeito de opinião.

Após análise de todas as dimensões propostas, é importante fazer um balanço dos resultados. Cientes da reduzida dimensão da amostra, não podemos deixar de realçar que, em três meses de análise (ainda que os meses em que o conflito na Síria esteve na agenda dos media nacionais), o Correio da Manhã apenas fez abertura da secção do Mundo com o conflito 14 vezes. No que diz respeito à inclusão de imagens/fotografias a acompanhar a peça noticiosa, aqui, estamos perante um jornal de formato tablóide, caracterizado, como já vimos, por uma recorrente utilização de imagens. É de salientar que a diferença das notícias com imagem para as que não apresentam qualquer imagem é de apenas 4 (28 apresentam imagem contra 24 que não apresentam), porém, muitas das notícias em análise são breves, género jornalístico que opta, normalmente, por não acompanhar qualquer imagem com o texto. Relativamente às notícias assinadas, a grande maioria, 32, não são assinadas, enquanto que 19 são assinadas com agências e apenas uma foi assinada exclusivamente por um jornalista da publicação em análise. Aqui, estamos perante uma questão de extrema importância, na medida em que assistimos ao inexistente investimento do Correio da Manhã no que diz respeito à cobertura noticiosa do conflito na Síria. A verdade é que estamos a falar de um jornal formato tablóide, caracterizado pela sua centralidade nas questões nacionais.

Como já fizemos menção anteriormente, o único correspondente que o Correio da Manhã tem (ou tinha até o final do estágio) é no Brasil, razão pela qual assuntos e acontecimentos com acção no Brasil foram muitas vezes abordados. O caso da Síria é o reflexo de uma secção do Mundo, num jornal tablóide, onde todo o conteúdo é retirado de agências ou de jornais internacionais, com especial destaque para o El Mundo, El País e New York Times.

No que diz respeito à abordagem dos temas predominantes, não há espaço para dúvidas que a grande maioria das questões em análise remetem para a "Intervenção Internacional" e para a "Vida Política na Síria". Desde deserções de membros do regime a condições de vida da população síria, até a intervenções públicas (raras) de Assad. Daí a sua maior predominância como escolha de ângulo dentro do próprio Correio da Manhã, pois são temáticas muito abrangentes.

Em suma, todas as peças jornalísticas analisadas neste Relatório de Mestrado foram elaboradas com base num estilo descritivo, onde podemos claramente observar descrições detalhadas e sobre situações e acontecimentos. Não estamos aqui perante uma análise de notícias explicativas ou contextualizadoras, o Correio da Manhã limita-se a relatar o estado da situação na Síria com base em diferentes fontes já existentes.

Conclusão

Uma vez chegados a esta fase final deste Relatório de Mestrado, é importante relembrar todo o percurso que conduziu aos resultados apresentados. Deste modo, o objectivo central deste trabalho prendia-se com a análise da cobertura do conflito na Síria por um jornal popular, neste caso, o Correio da Manhã. Tendo este objectivo, foram analisadas várias dimensões: o número de vezes em que o conflito fez parte da abertura na secção do Mundo; o número de peças noticiosas com imagens; a origem das notícias (se estas eram assinadas ou não, ou se eram assinadas com agências); o género jornalístico das peças (breve, fotolegenda, notícia), análise de temas e subtemas, e, por fim, o estilo predominante - que se revelou numa totalidade de 52 peças noticiosas de estilo descritivo. Assim, tendo como questão de partida *Como é que um jornal tablóide faz a cobertura de um conflito internacional?*, e uma vez terminada toda a análise dos dados recolhidos, podemos afirmar que um jornal de formato tablóide pouco ou nada investe na cobertura de um conflito internacional, independentemente da sua relevância. Ora, se observarmos especificamente o esforço para a obtenção de notícias sobre o conflito na Síria por parte do Correio da Manhã, vimos então que não existe e que todo o fluxo informativo é recolhido através de outros jornais e agências.

A fonte de uma notícia é um lugar onde habitualmente se produzem ou se concentram informações relevantes e de interesse geral. Para além das notícias que têm origem nas ruas, estradas, praias, etc., existem locais que, pela sua natureza, são diariamente o palco de acontecimentos de interesses, como por exemplo órgãos de soberania como a Assembleia da República, organizações policiais, bombeiros, entre outros. Estes locais onde se produzem de forma rotineira acontecimentos de interesses, constituem, para os órgãos de comunicação social, fontes de informação cobertas pelos repórteres, correspondentes e informadores. Porém, como fomos observando ao longo do desenvolvimento deste Relatório de Mestrado, observámos que a secção de Internacional do Correio da Manhã não tem acesso a fontes "em primeira mão". A verdade é que as fontes de maior importância para os órgãos de comunicação social são as agências noticiosas. Estas, criadas a partir de 1835 - a Agência Havas - funcionam como colectores de informação que a recolhem e vendem aos órgãos de comunicação social seus clientes.

Como já tivemos oportunidade de ver, o Correio da Manhã tem protocolo de assinatura com a portuguesa Lusa e a inglesa Reuters, sendo estas duas agências as principais fontes de informação no que diz respeito ao conflito sírio. Hoje em dia, nenhum órgão de comunicação pode prescindir do seu recurso a nível internacional, a menos, claro, que se trate de uma publicação especializada ou regional. Num mundo globalizado e em constante desenvolvimento noticioso, é imprescindível recorrer a estas agências noticiosas que agregam as notícias de todos os cantos do mundo. Evidentemente que também se pode por em hipótese a questão de enviar um correspondente, no entanto, para além de ser extremamente dispendioso, é também de grande risco para os repórteres enviados, juntando assim dois pontos fulcrais para que o jornal decida ficar-se pelo acesso às agências.

A luta contra o terrorismo e pela democracia, que deu origem a violentas guerras, esteve na origem da guerra do Iraque. Pelo menos esta é a versão dos EUA. Porém, hoje em dia assistimos a uma revolta por parte do mundo muçulmano. Assistimos ao empolgamento das gerações mais jovens. As crianças da era da globalização venceram o medo que paralisava toda a sociedade. As consequências desta viragem fizeram-se sentir já na Tunísia, no Egipto e no Líbano, onde os tiranos que governavam há décadas foram afastados do poder. No entanto, importa recordar, depois do 11 de Setembro de 2001, os ocidentais exigiram que os árabes adoptassem a democracia. Passados mais de dez anos, quando o povo árabe se insurge contra os regimes opressores que os governaram durante décadas, arriscando as suas próprias vidas, os europeus, bem como os norte-americanos, não reagem, sendo incapazes de resolver os problemas que se colocam para além das fronteiras nacionais.

No caso da Síria, os ocidentais não se manifestam, revelando uma enorme apatia perante tamanha atrocidade. Se voltarmos atrás no tempo, percebemos que o Ocidente já tinha “laços de amizade” com a família Assad. Em 1982, Hafez al-Assad, pai do actual presidente sírio, perpetróu o massacre de cerca de 20 000 cidadãos. O massacre foi silenciado pela imprensa internacional, com o apoio do bloco soviético.

É indiscutível a relação existente entre os media, a guerra e o terrorismo nos tempos em que vivemos. Os media, como "Quarto Poder", têm de saber gerir a sua posição de forma a criar um balanço e equilíbrio na sociedade. Mas, numa sociedade hierárquica como a nossa, é, de facto, muito difícil fazer esta gestão tão importante para as nossas vidas. De acordo com o

linguista Noam Chomsky, Herman, e outros estudiosos do jornalismo, os meios de comunicação social são verdadeiros servos das grandes elites e corporações. As teses destes estudiosos apontam para uma imprensa quase totalmente manipulada, onde os conteúdos noticiosos a que temos acesso são escrupulosamente seleccionados de acordo com os interesses dos governos. Pierre Bourdieu apelidou este facto de "relações invisíveis".

No mundo contemporâneo, os meios de comunicação estão associados a qualquer acto de terrorismo ou qualquer guerra civil. No entanto, afirmar que dão mais tempo de antena a determinadas guerras civis que a outras, não é mentira nenhuma. Só no continente africano, temos a República Centro-Africana, o Mali, a Somália, a Nigéria, o Sudão, nomeadamente Darfur, etc., países estes que estão a atravessar uma guerra civil ou consequentes actos de terrorismo, mas que a comunicação social decide não iluminar tanto. Estes actos estão, evidentemente, ligados ao modo de organização das empresas jornalísticas, bem como ao modo de trabalhar dos profissionais do jornalismo. Toda uma série de factores encadeados, e por vezes, de dependência uns nos outros que determinam a forma de elaboração da matéria-prima, tornando-a numa notícia. O caso da guerra na Síria foi mais proeminente no Correio da Manhã porque também o estava a ser noutros jornais, e, evidentemente, nas agências noticiosas.

Para concluir, não obstante o facto de esta análise de conteúdo ter sido realizada a um jornal popular português que peca pela falta de investimento relativamente a informações provenientes do outro lado do mundo, é importante compreender como se faz jornalismo e ao longo deste Relatório de Mestrado expusemos os princípios sob os quais os jornalistas se devem seguir aquando da perseguição de informação. As notícias que chegaram até nós através do Correio da Manhã, relativamente ao caso da Síria, refletem um trabalho jornalístico não muito elaborado e pouco aprofundado que, por sua vez se suporta em trabalho já realizado por terceiros, as famosas agências noticiosas. Deste modo, o Relatório confirma o que já se sabe sobre os jornais populares. Ou seja, que questões internacionais, independentemente da sua relevância, têm pouco destaque neste tipo de publicações.

Bibliografia

ALLAN, e ZELIZER, B. (2004) *Reporting War: Journalism in War Time*. New York, Routledge.

ALMEIDA, E. (2003) *Fundamentalismo Islâmico: A Ideologia e o Estado*. Azeitão, Autonomia 27.

BARKER, G. (2012) *Cultural influences on the news: Portrayals of the Iraq war by Swedish and American media*. Disponível em *International Communication Gazette* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

BASSIOUNI, M. C. (1999) *Crimes against Humanity in International Law*. Amesterdão, Kluwer Law International

BAILEY, G. (1976) *Interpretive Reporting of the Vietname War by Anchormen*. Disponível em *Journalism & Mass Communication Quarterly* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

BIRD, S. e Daardenne (1988) *Myth, Chronicle and Story: Exploring the Narrative Qualities of News*, in, James W. Carrey (ed.) *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*. Newbury Park, CA: SAGE.

BORDIEU, P. (1990) *Espaço social e poder simbólico*. São Paulo, Brasiliense.

BONNEVILLE, F. (1968) *A Guerra de Biafra*. Lisboa, Editorial Início.

CASTRO, L. (2007) *Repórter de Guerra*. Cruz Quebrada, Oficina do Livro.

CHOULIARAKI, L. (2007) *The Soft Power of War*. Benjamins, Amsterdam and Philadelphia.

COSTA, H. S. (2003). *O Martírio no Islão*. Lisboa, ISCSP.

ESTEVES, João Pissarra (2003). *Espaço público e democracia*. São Leopoldo: Unisinos.

FAHMY, S. e KIM, D. (2008) *Picturing the Iraq War: Constructing the Image of War in the British and US Press*. Disponível em *International Communication Gazette* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

FRANK, A. (2001) *O Diário de Anne Frank*. Lisboa, Edição «Livros do Brasil».

- FINO, C. (2003) *A Guerra em Directo*. Lisboa, Editorial Verbo.
- FISK, R. (2006) *War, Journalism, and The Middle East*. AK Press: Nova Iorque.
- GODDARD, P. e ROBINSON, P. (2008) *Patriotism meets plurality: reporting the 2003 Iraq War in the British press*. Disponível em *Media, War & Conflict* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012
- GOMES, A. (2012) *Nos Bastidores dos Telejornais*. Lisboa, Edições Tinta-da-China.
- GOREN, D., COHEN, A. e CASPI, D. (1975) *Reporting of the Yom-Kippur War from Israel*. Disponível em *Journalism & Mass Communication Quarterly* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.
- GRIFFIN, M. (2010) *Media images of war in Media, War & Conflict*. Disponível em SAGE. Acesso em: 24 de Outubro.
- GUEVARA, E. e CASTRO, R. (1996) *Diários Inéditos da Guerrilha Cubana*. Cruz Quebrada, Edições Casa das Letras.
- HALL et al. (1993) *A produção das notícias: os 'mugging' nos media*. In: TRAQUINA, N.(org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa : Vega.
- HARDING, C. (1983) *Reporting the war in Ayacucho*. Disponível em *Index on Censorship* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.
- HOSKINS,A. (2008) *Media, War and Conflict*. London
- KRAUSE, M. (2011) *Reporting and the transformations of the journalistic field: US news media, 1890-2000*. Disponível em *Media, Culture & Society* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.
- LA BASH, H et all. (2008) *Deployment Stressors of the Iraq War: Insights From the Mainstream Media*. Disponível em *Journal of Interpersonal Violence* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.
- LESCH, David W. (2013) *Syria, The Fall of The House of Assad*. Cornwall, Yale University

Press.

LETRIA, J. (2002) *O Terrorismo Explicado aos Jovens... e aos Outros*. Lisboa, Terramar.

LUGOVSKAIA, N. (2005) *Eu Quero Viver*. Cruz Quebrada, Edições Casa das Letras.

MARKHAM, T. (2011) *The political phenomenology of war reporting*. Disponível em *Journalism in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

McCOMBS, M. E., e SHAW, D. L. (1972). *The agenda-setting function of mass media*, in *Public Opinion Quarterly*

MOLOTCH, H. e LESTER, M. (1974) *News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals*, in *American Sociological Review*, Vol. 39, No. 1.

MURRAY, C et all. (2008) *Reporting Dissent in Wartime: British Press, the Anti-War Movement and the 2003 Iraq War*. Disponível em *European Journal of Communication in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

NOHRSTEDT, S. (1986) *Ideological News Reporting from the Third World: A Case Study of International Newspaper and Magazine Coverage of the Civil War in Nigeria 1967-70*. Disponível em *European Journal of Communication in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

NORD, L. e STRÖMBACK, J. (2006) *Reporting more, informing less: A comparison of the Swedish media coverage of September 11 and the wars in Afghanistan and Iraq*. Disponível em *Journalism in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

OTTOSEN, R. (2010) *The war in Afghanistan and peace journalism in practice*. Disponível em *Media, War & Conflict in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

PEARSON, J. (2010) *Dubrovnik's Artistic Patrimony, and its Role in War Reporting (1991)*. Disponível em *European History Quarterly in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

PENEDO, C. (2003) *O crime nos media. O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa, Livros Horizonte.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

RAMONET, I. (2003) *Guerras do Século XXI*. Porto, Editores Campo das Letras.

RAVI, N. (2005) *Looking beyond Flawed Journalism: How National Interests, Patriotism, and Cultural Values Shaped the Coverage of the Iraq War*. Disponível em *The Harvard International Journal of Press/Politics*. Disponível in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

RODRÍGUEZ, A. (2003) *A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*. Disponível em *Media & Jornalismo*. Acesso em: 19 de Outubro de 2012.

ROEDER, G. (1995) *Book Reviews: Reporting the War: The Journalistic Coverage of World War II*. Disponível em *War in History*, in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

RUSCIANO, F. (2010) *The 'right to know vs knowing what's right': tabloid ethics and news reporting in the Iraq War*. Disponível em *Media, War & Conflict* in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

SAID, E. (1997) *Covering Islam*. London, Vintage.

SCHECHTER D. (2001). *Media Wars : News in a time of terror*. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers.

SCHLESINGER, P. (1978) *Putting "Reality" Together*. BBC News. London: Methuen.

SCHLESINGER. P (1977) *Newsmen and their time-machine*. British Journal of Sociology.

SERRA, Sónia (2001). *A produção de notícias e a esfera pública internacional*. In: *Práticas mediáticas e espaço público*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TAIT, R. (2012) *Book Review: Making Sense of War Reporting in Libya*. Disponível em *British Journalism Review*, in SAGE. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

TRAQUINA, N. (2002) *Jornalismo*. Lisboa, Quimera Editores.

TUMBER, H. (2008) *Journalists, war crimes and international justice in Media, War & Conflict*.

VAN DIJK, T. A (1996) . *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós.

WALL, M. (2005) '*Blogs of war*': *Weblogs as news*. Disponível em *Journalism in SAGE*. Acesso em: 24 de Outubro de 2012.

WOLF, M. (2002) *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Editorial Presença.

1999 Janeiro 29, New York Post, *QUOTE: After 22 years as a columnist for the New York Post, Ray Kerrison has retired*, Start Page 30, New York. (Google News Archive; Preview at pqarchiver.com database for New York Post shows quotation; Full article was not viewed)